

ATA N.º 6/2019

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2019:

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, dos senhores Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), Marcelo Alexandre Silva Chagas (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ferrel, de Peniche e de Serra d'El-Rei e Vogal da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Inês Fitas Cação (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril para a Freguesia de Peniche;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril para a Freguesia de Serra d'El-Rei;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril para a Freguesia de Atouguia da Baleia;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Protocolo a celebrar com a Freguesia de Ferrel para exploração da zona de estacionamento de duração limitada (H) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento

condicionado e de zonas de estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita no Baleal;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de Medalhas de Honra do Município.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas, encontrando-se na sala vinte dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS) compareceram no decurso da sessão, durante o período de apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, e o senhor Jorge Alberto Bombas Amador, Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei (CDU) e o senhor Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD) compareceram no decurso da sessão, durante o período de apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

O senhor Marcelo Alexandre Silva Chagas encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Inês Fitas Cação (CDU) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), José António Bombas Amador (CDU), Álvaro André Amador (CDU) e Ricardo José Silva Gomes (PSD), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues, dos Santos (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

O senhor Henrique Estrelinha (PS), saiu da reunião quando decorria a segunda parte da apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), e os senhores Vereadores, Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.ºs 4/2019 e 5/2019, respeitantes às sessões ordinárias dos meses de abril e junho, realizadas nos dias 29 de abril de 2019 e 28 de junho de 2019,

tendo sido dispensada a leitura das mesmas por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, em relação à ata de abril, existia uma reclamação do senhor Presidente de Junta de Ferrel, que não concorda com algumas questões, uma vez que não consta a totalidade. Perguntou se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel pretendia colocar as questões naquele momento ou se entendia que a ata deveria ser revista e aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que seria melhor a ata ser revista, que a ata de junho tinha duas correções, simples, que poderiam ser efetuadas na hora, e poderia ser votada.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, se a Assembleia Municipal concordasse, deixariam a ata de abril para aprovar na próxima sessão e, em relação, à de junho, solicitou que indicasse as correções a fazer na folha quatro e folha vinte e dois.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que na folha quatro, deveria ler-se Vítor Zeferino, e na folha vinte e dois, quando referiu a marcação do terreno da Festa de Ferrel, na ata falava na urgência, mas não menciona que aquela urgência era por causa do trânsito pedonal de mais de cem crianças, todos os dias.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 4/2019 - Não foi submetida a aprovação, porque foram solicitadas retificações ao texto, pelo que deverá ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal de Peniche.

Ata n.º 5/2019 - Aprovada, por unanimidade, com catorze votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que ela respeitava, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

Não se registou qualquer intervenção.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Jorge Guerreiro (CDU): 06:51

Apresentou, verbalmente, os votos que a seguir se reproduzem:

“Um voto de saudação, porque, hoje, sendo o Dia Mundial do Turismo, pelas doze horas, foi feita uma cerimónia, singela, na Fortaleza de Peniche, em que foi registado em, cerca, de cinco meses mais de cem mil visitantes no Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, o que significa um número de registar, porque se trata de um museu em construção, sinal de uma forte adesão e visitas de todo o Portugal e, também, de cidadãos do estrangeiro, com a presença da Dr.^a Paula Silva, Diretora Geral do Património Cultural, da senhora Vereadora Ana Petinga e de mais elementos de Peniche e não só, que estiveram na cerimónia.”

“Um voto de saudação para o jovem, Tomás Tavares, cidadão natural de Peniche, nascido a sete de março de dois mil e um, que integrou, pela primeira vez, um jogo da Liga dos Campeões, um dos mais jovens neste tipo de competições, um filho da nossa terra.”

Inês Cação (CDU):

Apresentou, verbalmente, o voto que a seguir se reproduz:

«O Santiago Batalha é um jovem de treze anos, natural de Peniche, estudante do oitavo ano, com bons resultados académicos e atleta do Stella Maris, na modalidade de Badminton. Atualmente tem como objetivo para a época de 2019-2020, conseguir entrada no Campeonato Europeu, em fevereiro de 2020, que se irá realizar em Kazan, na Rússia, no escalão de Sub-15. É um jovem empenhado, na modalidade, Campeão Nacional de Sub-13 na época passada, treina cinco vezes por semana, com jogos ao fim de semana, sem contundo, nunca deixar de atingir bons resultados académicos. Pelo empenho, pelos resultados, mas também pelo exemplo, a Bancada da Coligação Democrática Unitária propôs à Assembleia Municipal um voto de louvor ao jovem Santiago Batalha.»

Mariana Rocha (CDU):

Apresentou, verbalmente, um voto de saudação à CGTP-IN:

«A CGTP é uma central sindical nacional de organização de classe em defesa intransigente dos interesses e direitos dos trabalhadores. Saudamos pelo seu 49.º aniversário que se celebra no próximo dia 1 de outubro, dia que ficará marcado pela alteração à legislação laboral, proposta e apresentada pelo Governo do PS e aprovada com o apoio do PSD e CDS-PP, alterações que fomentam a precariedade, desregulam horários de trabalho e atacam a contratação coletiva. A CDU saúda todos os homens e mulheres que têm feito parte desta Central Sindical, de uma forma militante, séria e intransigente, em defesa dos interesses dos trabalhadores, por melhores serviços públicos, por melhores salários, por uma maior distribuição da riqueza e por uma sociedade mais justa. 23 de setembro, a CDU.»

António Moniz (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, os votos que a seguir se reproduzem:

«Uma recomendação, sobre a resposta às alterações climáticas:

Um recente trabalho elaborado pelo IPMA, veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja, está a subir desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus celsius por década. Também, em cada período de 10 anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de 40 milímetros e as secas estão a tornar-se mais frequentes. Estes e outros estudos confirmam riscos climáticos prováveis e apontam para medidas que deverão ser implementadas no âmbito de planos municipais de adaptação às alterações climáticas, em que as entidades locais, como os Municípios, têm um papel decisivo no enfrentar das alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas onde vive hoje grande parte da população, são as principais emissoras de gases de efeito estufa devido, principalmente, à utilização da energia, melhor planeamento territorial, a maior eficiência das infraestruturas urbanísticas e mudanças ao nível da mobilidade e do uso de recursos naturais, são imperativos a concretizar por uma melhor gestão das áreas urbanas. As recentes mobilizações estudantis, que se saúdam, vieram dar uma maior projeção à urgente tomada de medidas pelas entidades públicas, para responder às alterações climáticas. Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada Município, e da criação de uma rede de monitorização climática, à escala municipal, a instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e a criação de redes de participação cidadã, a partir de certas áreas do território, é, também, imprescindível, a elaboração de uma estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Torna-se, também, imprescindível, difundir um maior conhecimento sobre a situação de emergência climática, até para combater as ideias e anticientíficas divulgadas por dirigentes mundiais, com o atual Presidente dos Estados Unidos. Assim, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida em sessão ordinária, de 17 de setembro de 2019, recomenda ao executivo Camarário que decida elaborar uma estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, que seja amplamente divulgada pelas escolas e espaços públicos, materiais didáticos e publicações produzidas pelo Município de Peniche, para ajudar à compreensão da necessidade das estratégias de adaptação às alterações climáticas, proposto pelos Deputados e Deputadas Municipais do Grupo de Cidadãos e Eleitores Por Peniche.»

Vasco Serpa (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o voto que a seguir de reproduz:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, apresenta um voto de saudação por mérito desportivo ao atleta Matias Canhoto por mais uma conquista, desta vez, o título de Campeão Nacional de Surf - Esperanças, realizado na Praia do Pico da Mota, no passado dia 7 de julho.»

«Um voto de saudação, ao atleta Ricardo Fernandes, eleito o melhor guarda-redes do mundial de futebol de rua. Disputaram o torneio mais de quinhentos jogadores que enfrentaram a falta de casa e a marginalização social, no total de sessenta e quatro equipas, representando mais de cinquenta países.»

«Um voto de felicitação, ao atleta Diogo Glória, do Clube Stella Maris, que representará Portugal no Mundial Júnior de Badminton, a realizar na Rússia, a partir do dia 30 de setembro.»

«Um voto de felicitação, ao atleta Fernando Silva, do Clube Stela Maris, pela conquista da medalha de bronze, no Campeonato do Mundo de Veteranos de Badminton, realizado na Polónia, no passado mês de agosto. Com este reconhecimento, pretendemos incentivar e promover a inclusão social, o resgate de jovens atletas e a perspetiva de uma vida mais saudável, através do desporto. Este reconhecimento valoriza estes atletas, exemplos de dinamismo e de liderança, que elevam o nome do nosso município além-fronteiras, através da sua dedicação, disciplina e trabalho.»

António Moniz (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, uma proposta de recomendação de medidas de proteção das populações de abelhas e criação de apiários comunitários:

«A população de abelhas está em declínio a nível mundial e o uso de pesticidas, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade vegetal e o monocultivo, a poluição e a perda de habitats, assim como a existência de espécies invasivas, são os fatores responsáveis referido por vários estudos científicos e relatórios. As abelhas e os outros polinizadores são fundamentais para a segurança alimentar, uma vez que cerca de três quartos das colheitas alimentares do planeta dependem das abelhas e de outros polinizadores para fertilizar as suas flores. É estimado que 84% das espécies vegetais e 76% da produção alimentar na Europa depende da polinização. Acresce-se que a apicultura é uma importante atividade económica e social que dinamiza as zonas rurais e o seu desenvolvimento, permitindo a criação de emprego. A apicultura potencia, ainda, a polinização, contribuindo para a manutenção da diversidade genética das plantas e para a preservação da biodiversidade como um todo. Em 1999, a Convenção sobre diversidade biológica, reunida em São Paulo, emitiu a declaração dos polinizadores, onde reconhecia a situação crítica deste grupo de espécies e o seu papel fundamental para a biodiversidade. No caso particular dos pesticidas, as abelhas estão facilmente expostas direta e indiretamente, nomeadamente através do seu deslocamento no vento e pela contaminação das águas, do néctar e do pólen. O uso ao ar livre, de alguns pesticidas neonicotinóides está proibido na União Europeia para proteger as populações de abelhas. A vespa velutina nigrithorax, também conhecida por vespa asiática, tem surgido de forma alarmante em mais zonas do país. A vespa velutina preda artrópodes variados com maior incidência em imanoptros, como as abelhas polinizadoras, contudo, esta espécie não faz polinização. Perante as condições favoráveis que encontra em Portugal, a vespa velutina expande continuamente a sua área de ocorrência causando impacto em zonas progressivamente mais alargadas. Esta propagação traduz-se em ameaças para o meio ambiente, para a agricultura, para a saúde pública e para a apicultura. A presente propostas, recomenda a implementação de um conjunto de medidas de proteção das populações de abelhas, nomeadamente com apanhas próprias para a proteção das abelhas e para os riscos e comportamentos perante a vespa velutina. Recomenda ainda, que a Autarquia, crie um programa de apiários comunitários, deixando ao executivo, a melhor forma de implementação, nomeadamente um modo próprio ou podendo recorrer a protocolos com Associações sem fins lucrativos. Assim, a Assembleia Municipal de Peniche, na sua sessão ordinária de setembro de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Peniche o seguinte:

- Campanha de sensibilização para a proteção da população de abelhas, nomeadamente programas de educação ambiental;
- Criação de apiários comunitários;
- Promova uma campanha de sensibilização sobre a vespa velutina, sobre os riscos associados e os comportamentos a adotar, sempre que são detetados novos ninhos.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, um voto de saudação às greves climáticas, que a seguir se reproduz:

«Com estas greves, milhares de jovens protestaram contra a inercia das e dos Governantes, face às alterações climáticas, exigindo uma mudança de paradigma. Tal como as e os estudantes, também nós consideramos, que é tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas que têm sido base da mesma atitude e comportamento de sempre, a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra. Assim, propomos saudar o Movimento Estudantil e a greve climática, na persecução de medidas que contribuam para o melhoramento das decisões políticas e na salvaguarda do meio ambiente, encorajando a juventude e toda a sociedade, à expressão cívica da maior exigência quanto à adoção de medidas urgentes necessárias para enfrentar as alterações climáticas.»

Solicitou que a saudação fosse enviada aos Agrupamentos Escolares e Associações de Estudantes do concelho de Peniche.

Ademar Marques (PSD):

Disse que o Partido Social Democrata, naturalmente, se associava, em especial, aos votos de saudação aos atletas que foram apresentados, quer pelo Grupo de Cidadãos e Eleitores Por Peniche, quer pela Coligação Democrática Unitária, e era sempre bom ver que continuavam a ter muitos atletas com bons resultados ou pretendendo ter bons resultados, que se empenhem, que era bom e sempre de saudar.

Em relação à referência que foi feita à CGTP, disse que tinha muito respeito pelo movimento sindical e, sobretudo, pela concertação social e aquilo que verificava é que ao longo destes anos de existência, das duas centrais sindicais, houve uma que chegou a acordo, não foi intransigente, com todas as partes em concertação social e houve outra que nunca chegou a acordo e, portanto, na sua opinião, era digno de ser sublinhado.

Relativamente às recomendações, disse que, pessoalmente, era muito sensível à questão das alterações climáticas, porque as achava visíveis e indiscutíveis e, portanto, tem dificuldade em perceber como é que tanta gente se empenhava em negar que elas existem, e em que é necessária ação, que vem de comportamentos concretos, de cada um, nos comportamentos dos Municípios, e por isso, não há muito tempo, o Partido Social Democrata apresentou uma proposta que foi aprovada na Câmara Municipal para que Peniche deixasse de usar o glifosato, uma proposta que iria ao encontro da ideia da proteção das abelhas e dos polinizadores e, portanto, não tinha problema em votar a favor das recomendações que apresentaram.

Disse que existia uma questão fundamental, a elaboração da alteração do Plano Diretor Municipal e as questões dos riscos das alterações climáticas, deveriam estar vertidas em primeiro lugar no Plano Diretor Municipal. Deu conta que, há sete ou oito anos, houve uma conferência muito interessante com os professores do Técnico sobre o impacto dos fenómenos meteorológicos extremos, em concreto em Peniche, e foram ditas várias coisas, entre as quais, que nós eramos um concelho especialmente exposto às alterações climáticas, pelo baixo nível do solo, porque entre Peniche e a Atouguia da Baleia temos zonas que estão abaixo do nível do mar e pela situação de erosão das falésias na zona do Baleal e das dunas, quer na Consolação, quer entre Peniche e o Baleal. Disse, ainda, que não tinha a certeza que aquela informação, que era técnica, e era objeto de um estudo concreto para esta zona, estivesse a ser considerada na questão do Plano Diretor Municipal, porque o que ouviu, na altura, foi que numa faixa enorme não deveria, sequer, ser contemplada qualquer tipo de construção e, portanto, duvidava, até pelo que viu no Plano Diretor Municipal, que aquilo estivesse a ser contemplado, pelo que não valia a pena criar novas formas, muitas cartas, para combater as alterações e para combater os efeitos possíveis das alterações, se na mais elementar delas, as preocupações e as quase certezas, não são vertidas, porque o Plano Diretor Municipal não deveria ser para prever o que iria acontecer daqui por dez anos, deveria ser para prever o que iria acontecer daqui por trinta ou quarenta anos, evitando, naquilo que for possível, que acontecesse. Referiu que não tinha problema nenhum em votar a favor das recomendações que, na sua opinião, tinham todo o cabimento, tinha dúvidas que as greves estudantis fossem a melhor forma de chamar a atenção para o problema, mas era importante que chamassem à atenção, e por isso foram importantes, porque despertaram as consciências e infelizmente, despertaram, também, vozes que tentam negar o que é inegável. Disse que

gostaria de ter os textos, mas, sem problema nenhum, iria votar a favor das duas recomendações.

Saudou o facto de o assunto ter sido apresentado, esperando que, mais do que as recomendações, que houvesse efeitos concretos daquilo que devem ser, de facto, as preocupações.

Mariana Rocha (CDU):

Disse que a Bancada da Coligação Democrática Unitária, também, se associava às recomendações feitas pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, também com uma reserva sobre a greve estudantil que poderá não ser o melhor método de encontrar solução para o problema, mas, também, estava de acordo que foi a forma de os jovens despertarem algumas mentalidades.

Esclareceu o senhor Deputado Ademar Marques que a CGTP chegou a acordo na concertação social, com o salário mínimo, que em 2011, seria de quinhentos euros, quem não cumpriu foi o Governo, na altura.

Henrique Estrelinha (PS):

Relativamente às recomendações, disse que acompanharam.

Relativamente à saudação, disse que a nova lei do trabalho diminui a precaridade, nomeadamente, nos jovens, daí o Partido Socialista ter apresentado a alteração à lei e a ter votado favoravelmente.

Deliberação n.º 47/2019: Submetida a votação, foi a recomendação apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, relativamente às alterações climáticas, aprovada, por unanimidade.

Deliberação n.º 48/2019: Submetida a votação, foi a recomendação apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, relativamente às medidas de proteção das populações de abelhas e criação de apiários comunitários, aprovada, por unanimidade.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

Inês Cação (CDU):

Deu conta que teve lugar, no passado dia 16, o arranque de mais um Ano Letivo e gostariam de ter uma informação sobre a forma como se deu o início de mais um ano escolar, até porque foram identificados alguns problemas que gostariam de saber se já foram resolvidos e de que modo.

Por outro lado, a Coligação Democrática Unitária não poderia deixar de manifestar a sua profunda preocupação, pelo facto de ter iniciado mais um Ano Letivo com uma Carta Educativa que está caducada, desde 2015, e sobre a qual se tarda em definir uma estratégia que, com o envolvimento de todos os agentes educativos, permitisse reformular e atualizar aquele documento orientador, que é fundamental na definição das políticas educativas. Estranham, até, como é que na ausência daquele documento estruturante, era possível pensar e organizar um verdadeiro projeto inclusivo para a Educação do território, por isso, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, que estratégia tinha para colmatar aquela lacuna, grave, e que prazo equacionava para o fazer.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Deu a palavra ao Vereador da Educação.

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Relativamente aos principais problemas no arranque do Ano Letivo, destacou duas situações: a falta de recursos que tiveram no setor, que desde julho estiveram com duas pessoas, que entre baixas, férias, faltas e algumas licenças, que surgiram, lhes criou alguns constrangimentos naquilo que seria o arranque desejável. Por outro lado, a questão com alguns recursos humanos, existiram duas ou três situações que, atualmente, estão praticamente ultrapassadas, a partir do dia 1 de outubro.

Em relação às refeições, disse que houve um acréscimo, já depois do início do Ano Letivo, em termos do número de utilizadores do serviço, o que implicou um reforço adicional nas pessoas que vão acompanhando as refeições.

Relativamente às alterações, do ano anterior para este ano, destacou a introdução do serviço de prolongamentos, na cidade, que estão a funcionar na Escola Velha e na Escola da Prageira. A Escola da Prageira receciona as crianças do Jardim de Infância da Prageira e do Filtro, a Escola Velha recebe as crianças da Colónia Balnear e do Alemão, que são transportadas pelo minibus do Município. Em relação à Escola do Filtro e do Alemão, continuam a ir à Escola Secundária, a Escola da Prageira continua a ir à Escola D. Luís de Ataíde, a Colónia Balnear e a Escola Velha, passaram a comer na Escola Velha, onde foi criado um espaço, no espaço dos prolongamentos.

Em relação à Carta Educativa, disse que, no próximo dia 25 de outubro, iria haver uma conferência que resume um dos trabalhos que tiveram, no âmbito do aluno ao centro, em particular, o envolvimento do ISPA, e crê que poderia ser um dos pontapés de saída, precisamente pela reflexão com toda a comunidade, tendo sido este um projeto comunitário, aproveitando para integrar a própria transferência de competências naquela análise, acredita que seriam os dois fatores a ter em consideração e começar a trabalhar numa carta que, de facto, está ultrapassada, que tem de ser feita e revista, dentro de um prazo de tempo que não pretendem que se arraste, mas seria até ao início do próximo Ano Letivo, onde, seguramente, irão ter muito para trabalhar.

Sofia Barradas (PSD):

Relativamente à Transferência de Competências para as Autarquias, disse que foi uma matéria que já discutiram, previamente, e que considerava, principalmente aquelas que se referem a matérias estruturantes ou que requerem um pacote financeiro associado, aliás, falaram ali, na questão anterior, sobre a Educação, que é um dos casos, têm que ser, de facto, preparadas pela Autarquia com o devido cuidado. Disse que o senhor Presidente sabia das preocupações que a bancada do Partido Social Democrata tem demonstrado, relativamente àquele assunto, quando o discutiram na Assembleia Municipal, mas as preocupações vão no sentido de ser necessário acautelar, que aquela transferência não seja, apenas e só, uma deslocação de esforço da Administração Central para a Autarquia, ou seja, o que pretendia dizer, concretamente, é que tinha receio que fossem transferidas as competências sem recursos, nomeadamente, financeiros, que permitam à Câmara Municipal assumir aquelas competências e assumi-las, não apenas no ano de 2021, mas ao longo do tempo, e sendo muito objetiva, o que estava em causa, falando em transferências de competências, era haver a possibilidade de prestarem um serviço ao cidadão, pior do que aquele que é prestado, atualmente, pela Administração Central, e ninguém presente nesta sala, quer que isso aconteça, e por outro lado, o perigo de colocar em causa a própria sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, e

também não tinha dúvidas de que não havia ali ninguém que quisesse que aquilo acontecesse, portanto, teria que haver um esforço, que seria fundamental agora, e caso não houvesse capacidade instalada, por parte do quadro de pessoal da Câmara Municipal, para desenvolver as análises que entendam que são necessárias desenvolver, neste momento, na sua opinião caberia à Câmara Municipal tomar a opção de gestão que resolva aquela insuficiência. Referiu que quando a questão da Transferência de Competências esteve na Assembleia Municipal, teve a oportunidade de expressar a sua desilusão, relativamente aos dados que foram fornecidos, numa matéria que, se não é a mais importante é, seguramente, das mais importantes dos últimos tempos e, provavelmente, dos próximos, porque em termos daquilo que é verdadeiramente a natureza de uma Câmara Municipal e da sua sustentabilidade, a todos os níveis. Neste contexto, solicitou ao senhor Presidente que mantivesse a Assembleia Municipal informada, relativamente à informação que lhe chega da Administração Central, relativamente às diligências que toma naquela matéria e face aos constrangimentos que vai encontrando ao longo do tempo, e esperava que aquela informação não ficasse esgotada, apenas, nesta reunião, que tenha sempre em conta a importância estratégica daquele assunto e o impacto financeiro do mesmo na nossa Autarquia.

Relativamente à elaboração do documento sobre a estratégia do Município para o desenvolvimento do concelho nos próximos anos, Peniche 2030, disse que aquele plano foi adjudicado a uma empresa externa, na sequência de uma necessidade que o senhor Presidente identificou no início do seu mandato ou anteriormente, que foi um documento participado, na medida em que foram solicitados vários contributos a empresários e, inclusivamente, a alguns Deputados da Assembleia Municipal de Peniche, tinha conhecimento que foi feita, em reunião de Câmara, uma apresentação relativa ao assunto, mas que o documento, ainda, não foi disponibilizado e, portanto, solicitou ao senhor Presidente que informasse o ponto de situação da prestação de serviços, que julgava já ter acabado, e quando é que tencionava disponibilizar aquele documento. Referiu que estavam, sensivelmente, a meio do mandato e, na sua opinião, era premente começarem a ver uma estratégia, pelo menos, em alguns setores fundamentais, como o setor do Turismo, já mencionado hoje, aliás, aquele foi um dos aspetos que realçaram quando fizeram a apreciação das últimas GOP, que foi a falta de estratégia naquela área. Disse, ainda, que, como já foi referido, se celebrava, hoje, o dia Mundial do Turismo, que este ano se focalizava na capacidade, daquele setor, em criar emprego, tendo em conta as mudanças que se verificam no mercado de trabalho e no setor da tecnologia, e a celebração daqueles dias tinham um propósito básico, que era fazer refletir um pouco sobre aqueles temas e, de facto, considerava que o de 2019 era muito pertinente para municípios com as características como o de Peniche, mas, em todo o caso, a questão principal era saber quando tencionava disponibilizar o documento à Assembleia Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Em relação à Transferência de Competências, disse que se a senhora Deputada Sofia Barradas fosse mais objetiva, poderia ser mais objetivo. Referiu que as competências que, provavelmente, teriam mais peso e mais responsabilidade, mesmo reconhecendo que estão num momento de paragem da administração para discutir aquelas matérias, ou pelo menos em algumas dessas áreas. Deu conta que, em relação à habitação, estiveram reunidos com a senhora Secretária de Estado da Habitação, a senhora Presidente do IRU e alguns técnicos que as apoia, que começaram a preparar uma

proposta de protocolo, para que seja custeado um documento que será a estratégia da habitação no concelho de Peniche, e falaram sobre a necessidade de negociar, de conversar, de quantificar as responsabilidades acrescidas, caso se recebam alguns dos bairros, porque há situações diferentes, há bairros que, provavelmente, serão mais fáceis uma vez que não têm agregados empréstimos financeiros, os que têm terão que ser negociados e, provavelmente, será uma situação mais difícil, que a seu tempo nos será presente e será apresentado à Câmara Municipal. Em relação à Educação, disse que já manifestaram o interesse de negociar um conjunto de matérias, na base daquilo que lhes era disponibilizado em termos da Direção Geral das Autarquias Locais e pretendiam negociar com a DGESTE, referindo que estavam a aguardar que aquilo se proporcionasse. Em relação às praias, referiu que solicitaram à Agência Portuguesa do Ambiente a informação sobre os dezoito concessionários, que já respondeu, pelo que aguardava que lhe fizessem chegar os dezoito dossiers para saber do que estavam a falar, porque cada concessão é um caso, são casos diferentes. Deu conta que, internamente, tinham reuniões programadas, a breve trecho, para continuar a aprofundar a quantificação, e definir a estratégia com os vários interesses instalados nas praias e nas áreas que ficarão da responsabilidade do Município, porque há um equívoco, as praias não ficam todas à responsabilidade dos municípios, há um certo número de competências que ficarão a cargo do município. Disse, ainda, que se estavam a preparar, já tiveram uma primeira reunião com todos os concessionários, mas, também, têm estado a conversar com as Escolas de Surf, com a Associação, com a Capitania e com várias entidades para fazer um aprofundamento, e irá ser feito, também, em breve, internamente. Referiu que ficou combinado marcar com os concessionários, um a um, porque pretende fechar aquele dossier o mais rapidamente possível, com as Associações e com outras pessoas que pretendem colaborar com o Município, nomeadamente, em termos de elaboração de um regulamento para as praias, também irão reunir em breve. Em relação à zona portuária, deu conta que falou duas ou três vezes com responsáveis do Conselho de Administração da Docapesca, que suscitaram algumas dúvidas em relação à aplicação do diploma, que o Município, tecnicamente, se estava, também, a preparar, até para negociar, a Docapesca, tanto quanto sabia, já tinha o parecer e, na sua opinião, se o resultado das eleições for aquele que parece ser uma evidência, e se o Conselho de Administração da Docapesca se mantiver, esperava que as coisas corressem bem. Disse que existe um conjunto de matérias que já foram conversadas e que a seu tempo todas aquelas matérias seriam partilhadas com a Câmara Municipal, para tentarem fazer o melhor, porque eram, efetivamente, muito exigentes, e se não as negociarem bem poderiam ter consequências a curto prazo, mas, também, a médio e longo prazo para o Município, e tinha consciência disso e por isso, dentro da medida do possível, têm um conjunto de técnicos, nas suas áreas, que não era fácil.

Em relação ao documento estratégico, disse que já referiu em reunião de Câmara que, em breve, seria apresentado. Referiu que todas as reuniões de Câmara têm sido muito exigentes, há um conjunto de dossiers que têm sido apresentados, estavam a ser discutidos vários assuntos que têm de ser analisados, que, obviamente, existe discussão política à volta deles, como iria ser o caso de segunda-feira, onde será avaliada a questão dos Impostos, estão a trabalhar no Orçamento e nas GOP, e há outros documentos que estão a ser trabalhar, regulamentos, que assim que estiverem prontos e que se entenda que há condições para os trabalhar de uma forma tranquila, serão partilhados. Disse que não havia nada a esconder, o documento foi apresentado e como foi referido na altura, havia parte do documento que tinha que ser mais elaborado, inclusive essa parte, ainda,

não lhe foi enviada a si, porque também não insistiu com a senhora Doutora Sofia Gaio, e assim que tiver disponibilidade para conversarem e para ser apresentado com tranquilidade, que permita uma discussão com tempo. Disse que o documento estava feito e foi uma opção sua, mas quando a senhora Deputada Sofia Barradas referiu a questão da estratégia para o concelho, e já o referiu várias vezes, era óbvio que ele próprio, particularmente, se sentia mais confortável tendo aquele documento e, também, foi opção tentar que aquele documento fosse elaborado por uma empresa de crédito, mas, também, com um olhar distante, isso foi propositado, mas há uma coisa que já referiu várias vezes e que assumia, por vezes achava estranho, conhecerem Peniche como conheciam, sabiam quais são as atividades essenciais no nosso concelho, sabiam, inclusive, quais eram os estímulos que existiam, quais eram as dinâmicas, quais eram as apetências de investimentos, de pessoas, de grupos, nacionais e internacionais, que andam à nossa volta e, por vezes, os constrangimentos até são da parte da Câmara, ou porque não têm as competências, os recursos, as capacidades, as dinâmicas que outros têm, nomeadamente outros países que acham sempre o nosso país muito burocrático, mas, também, as próprias dificuldades dos próprios regulamentos, mas ainda bem que lhes iam colocando aquelas dificuldades, porque estavam a tempo, nomeadamente em termos de PDM, de refletir sobre aqueles constrangimentos e melhorá-los. Disse que era daqueles que achava que as pressões eram legítimas e quem decidia e os técnicos que os apoiavam tinham que perceber até que ponto era legal e até que ponto é que aquelas pressões eram melhores ou piores para o concelho. Disse que existiam evidências, e tem referido isso muitas vezes, não era uma crítica era uma constatação, que o nosso concelho estava demasiado atrasado, em relação a alguns dos aspetos, e alguns deles eram as infraestruturas, os passadiços que faltam, para passar por cima do sistema dunar e para o proteger, que em alguns casos nem são muito exigentes, mas como são tantos que deveriam ser feitos e são tantas as oportunidades, que tornava a situação muito mais urgente, mas quando estão, ao mesmo tempo, com outro tipo de investimentos, era melhor irem falando neles e o orçamento os iria tornar numa evidência. Disse que os próximos dois anos iriam ser muitos exigentes, já estavam a fazer alguma execução orçamental e execução de obra, que tinham que ver com as obras que eram executadas com o apoio dos fundos comunitários, como eram os casos dos três bairros, mas posteriormente vêm um conjunto de outras obras, que estiveram a acertar as contas esta semana, e da responsabilidade do município ficarão sempre acima dos cinco milhões, e ao mesmo tempo que estão a falar nisso, só as necessidades de viaturas e de máquinas, de dois setores que são fundamentais e que tem tudo a cair aos bocados, era de uma exigência tremenda. Perguntou como é que iriam fazer tudo aquilo, atendendo às dificuldades técnicas que têm. Referiu que teriam que viver com as dificuldades e tentar fazer o melhor, mesmo que isso os leve, muitas vezes, com esforço e aceleração, a apresentar algumas candidaturas no último ou no penúltimo dia, como fizeram em agosto.

Sofia Barradas (PSD):

Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente, só não percebeu quando referiu que a sua primeira pergunta tinha sido pouco objetiva, na sua opinião, foi bastante objetiva, e o senhor Presidente, na sua resposta, foi, de facto, ao encontro da pergunta. Disse que as respostas do senhor Presidente é que nem sempre eram objetivas, porque os assuntos vão-se sobrepondo, mas era sempre bom ficar com informação a mais

do que aquela que perguntaram, portanto, só contribuía para terem mais conhecimento sobre o funcionamento da Câmara Municipal.

Relativamente ao documento sobre a estratégia, referiu que ficou sem perceber, porque disse que parte do documento ainda iria ser aprofundado, portanto, não lhe foi entregue, e a culpa foi do senhor Presidente, porque ainda não se reuniu, mas por outro lado, disse que o documento foi terminado. Solicitou esclarecimento.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a base do documento foi uma parte escrita, já apresentada à Câmara, e a técnica que trabalhou, no essencial, o documento, explicou verbalmente o resto, e ficou em terminar o documento, que está terminado. Referiu que o facto de o documento ainda não ter sido disponibilizado, provavelmente, foi porque não insistiu. Disse, ainda, que tinham de definir prioridades e aquela, ainda, não foi a prioridade e, provavelmente, quando fecharem o dossier das GOP e do Orçamento para apresentar, e depois de conversar com as Juntas de Freguesia, com os Partidos e com quem tiverem de conversar, será uma das prioridades, como outras que estão a trabalhar.

Célia Martins (PSD):

Disse que:

Relativamente ao índice de transparência, de facto, todos os anos celebravam, até de forma festiva e com consciência, os valores da liberdade e da democracia, mas nunca como agora, a democracia tem sido sujeita a tantas ameaças, pondo até em causa tudo aquilo que ela representa, e um dos sinais mais evidentes do declínio era a tendência decrescente da confiança dos portugueses nas instituições públicas e políticas, porque reina uma desconfiança, uma insatisfação e até uma alinação, que são sentimentos e formas de estar que leva os cidadãos a demitirem-se de um papel mais ativo, interventivo, participativo na vida cívica, e por essa razão, ficou satisfeita que a Câmara Municipal tenha aprovado, por unanimidade, a proposta do Partido Social Democrata, em abril passado, que consistia num conjunto de medidas para reforçar a transparência municipal. Referiu que era uma proposta que procurava inverter a tendência de agravamento da classificação do Município de Peniche, no ranking nacional do índice de transparência e, considerando os resultados disponíveis, entre 2013 e 2017, Peniche tem apresentado valores sempre abaixo da média nacional, e aquela proposta vinha na sequência de um documento que foi preparado pelos serviços municipais, no anterior mandato, que identificava as lacunas na prestação de informação e, portanto, identificava, também, os domínios que poderiam ser melhorados. Disse, ainda, que uma medida ou uma ação não vai mudar as mentalidades, mas era um importante contributo, porque realmente hoje exige-se que as entidades públicas sejam transparentes, pois esta influência o nível de confiança dos cidadãos, e por isso apelavam para que aquelas medidas fossem rapidamente concretizadas.

Em relação às arribas, destacava a intervenção realizada na Marginal Norte, e a colocação dos pilaretes ia ao encontro das propostas do Partido Social Democrata, que visavam as ações de restrições de circulação e de estacionamento automóvel, e em especial, as autocaravanas em áreas que são sensíveis, não só do ponto de vista paisagístico e que apresentam um elevado interesse patrimonial e são áreas que também interessam preservar. Referiu, também, uma componente importante, que era o reforço da segurança das pessoas que, por vezes, não mediam bem o risco das suas ações, apesar da sinalética existente no local, e isso, também, era uma prova que a sinalética não era

suficiente, daí reforçar a importância daquelas medidas, como também estender aquelas ações noutras áreas, destacando em particular, a Papôa, que é um local onde, ainda, era evidente o conflito entre a ocupação e a utilização daquele espaço e a proteção do património natural. Continuavam a assistir a vários problemas, ao estacionamento anárquico junto às arribas, à circulação rodoviária desajustada, à permanência de autocaravanas, entre outros, e embora defendesse uma abordagem integrada, de valorização e de proteção daquela área, na sua opinião, há medidas que poderiam ser tomadas a curto prazo, nomeadamente a instalação de barreiras físicas juntas às arribas ou a redefinição dos acessos pedonais e rodoviários e de áreas de estacionamento. Relembrou que estas ações estavam previstas no programa de execução e do plano de financiamento do POC e era por isso importante dar continuidade àquele trabalho.

Em relação aos instrumentos de reabilitação urbano, no próximo mês de novembro, iria fazer três anos que aprovaram a ARU da zona histórica e central de Peniche, e dois anos que foi publicada a respetiva ORU. Conforme previsto no regime jurídico de reabilitação urbana, solicitaram que fosse submetida a avaliação da Assembleia Municipal, o relatório anual de monitorização que acompanham aqueles instrumentos, para terem uma noção do conjunto de intervenções que têm sido realizadas, e reiterou a necessidade de limitar novas ARU, algo que teve a oportunidade de fazer quando aprovaram a ARU de Peniche, porque, na sua opinião, eram as áreas de carácter urgente, uma ARU em Atouguia da Baleia e na Serra d'El-Rei, por terem núcleos antigos que precisavam urgentemente de ser requalificados e revitalizados e por se destacarem, sobretudo, por terem imóveis inventariados e classificados pela Direção Geral do Património Cultural.

Relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, solicitou um ponto de situação, acerca da elaboração daquele plano. Referiu que na sequência das informações noticiadas, em agosto, pediu que esclarecesse a Assembleia Municipal, sobre quais os efeitos a nível financeiro por este município não ter aprovado, ainda, aquele plano, pois, segundo a informação que constava na comunicação social, foi imposta uma retenção de 20% do duodécimo das transferências correntes do fundo de equilíbrio financeiro, pelo que questionou, em concreto, de que valores estavam a falar. Disse, ainda, que a preocupação, do Partido Social Democrata, sobre a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, também, ultrapassava as questões financeiras. Relembrou que o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial obrigava que parte do conteúdo daquele plano, deveria ser, também, incorporado e regulamentado no PDM, falando, em concreto, no mapa da perigosidade, da cartografia de risco, as faixas de gestão de combustível dos aglomerados urbanos, e aquela era uma informação que tinha relevância, não só do ponto de vista da gestão urbanística, como também da regulamentação do solo. Relembrou, também, que tinham até julho do próximo ano para aprovar o PDM, sob pena de suspensão das suas normas, e preocupava-os aquela janela de tempo tão curta, perante a dimensão dos trabalhos que, ainda, estão por realizar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao índice de transparência, estavam a tomar várias medidas, estavam a trabalhar em várias aplicações digitais, provavelmente, algumas iriam ser criticadas, outras eram boas ferramentas, e o que pretendiam era aperfeiçoar a informação e a comunicação. Referiu que era acusado de, por vezes, não dar informação sobre muitas

matérias, mas à medida que vão conseguindo, vão dando. Referiu que a forma como se avaliava o índice de transparência, também, deixava muito a desejar, mas estavam a trabalhar no índice de transparência, mas, fundamentalmente, porque entendiam que a população merecia ter acesso a mais informação e merecia ter acesso a melhores serviços, e estavam a procurar trabalhar nesse sentido. Aproveitou a oportunidade, para referir que iriam avaliar as tabelas de taxas, que estão desatualizadas, há muitos anos, tendo havido alguns erros que ninguém se apercebeu, e que, atualmente, estão a penalizar fortemente as receitas do município.

Relativamente à Marginal Norte e aos pilaretes, subscreveu, registou e agradeceu todas as propostas apresentadas por qualquer força política e de qualquer autarca, que seja construtiva, mas a questão dos pilaretes ou dos limitadores de estacionamento na Marginal Norte, era uma opção do Presidente da Câmara, desde sempre, porque defendeu sempre aquilo, tal como o Partido Social Democrata, e no caso concreto da Praia do Abalo, sabiam qual foi a sua posição, e alguns estranharam, porque pensaram que ele tinha outra posição, mas tinha aquela posição para o concelho todo. Disse que lamentava não ter o dinheiro para fazer tudo e, também, por não terem recursos humanos para o fazer, porque há materiais, há meses, no armazém e não os têm conseguido aplicar. Disse, ainda, que um dia iria solicitar à Chefe de Divisão de Obras Municipal, para lhes demonstrar quais eram as equipas que tinham. Referiu a Marginal Norte, a Marginal Sul, a Papôa, a Costa Norte do concelho e Costa Sul do concelho, nomeadamente, uma parte entre a Consolação e São Bernardino. Fez referência aos passadiços, dizendo que, provavelmente, alguns iriam concretizar, era seu desejo, e, na sua opinião, encaixava na política de turismo do concelho, que seriam aspetos diferenciadores e complementares, que, para além de defenderem o sistema dunar, poderiam ter a sorte de convencer algum grupo a começar a pagar, e estavam a trabalhar nesse sentido, a tentar criar empatias e respeitar, muito, os investidores e alguns acontecimentos, que às vezes parecem despropositados do Presidente da Câmara que têm muito a ver com esse objetivo. Disse que não tinham dinheiro para tudo e teriam que ir buscar dinheiro a alguém, e os investidores teriam que perceber que a Câmara Municipal era um verdadeiro parceiro, pretende o desenvolvimento do concelho, e existia, aqui, uma grande possibilidade, como poucos concelhos. Disse, ainda, que não era difícil vender Peniche, no aspeto publicitário, a nossa qualidade, mas era preciso melhorar, criando mais equipamentos, melhores serviços. Disse que, aquela, era uma opção que, na sua opinião, era partilhada por muitos dos autarcas, uma necessidade que, em parte, resolveria a questão, porque todos sentem a pressão das autocaravanas, às vezes de uma forma despropositada e de risco, mas, também, outro tipo de veículos, e aquilo iria ser a imagem de Peniche daqui a uns anos, independentemente de quem fosse o Presidente de Câmara, assim como seriam inevitáveis os passadiços, grandes equipamentos, um grande Hotel, dois grandes hotéis, três grandes hotéis, para além daqueles que já haviam. Falou na segurança das pessoas, o estacionamento da Papôa, existia um estudo, que já existia, que vão ter que discutir, que estavam previstos no POC-ACE, que continua e que aprofundou em alguns aspetos.

Sobre os instrumentos de reabilitação urbana, dentro de algum tempo, iriam apresentar à Câmara Municipal, estava preparada uma proposta sobre a questão dos edifícios para minorar e para majorar, em relação aos edifícios degradados e, também, para premiar, de certo modo, aqueles que faziam os investimentos. Referiu que registou a questão do relatório que, na sua opinião, era tradicional os serviços passarem a fazê-lo, e foi bom a senhora Deputada Célia Martins tê-lo referido.

Sobre as novas ARU, iriam ser avaliadas, quando tiverem avançado, o suficiente, no PDM, porque quem fazia uma coisa, fazia a outra. Referiu que, também, tinha a consciência que o PDM tinha que estar publicado em junho ou julho do próximo ano, portanto, estavam a trabalhar, houve a fase em que as coisas pararam um pouco mais, mas estava agendada uma reunião técnica, com a equipa externa, num dia da próxima semana, para fazerem a avaliação, e a Câmara tinha conhecimento, para fazer o ponto de situação, para saber o que vão fazer, o que falta, o que têm de apertar, se têm de contratar alguém, para não acontecer o mesmo que aconteceu com o Plano Municipal da Defesa da Floresta.

O Plano Municipal da Defesa da Floresta, que estava feito, por um técnico que era partilhado, entre a Câmara de Peniche e a Câmara da Lourinhã, e o Presidente da Câmara Municipal de Peniche, pediu várias vezes ao Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã para pressionar o técnico, e estavam confiantes, reuniram várias vezes, foi aprovado pela Comissão, foi para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e chumbou, veio para trás e teve que ser corrigido. Disse que, quando lhes foi dito que era necessário e que o melhor era fazer um protocolo com quem fizeram depois, se tivessem chegado àquela conclusão meses antes ou um ano antes, tinham-no feito, porque se contrataram o Plano de Gestão do Pinhal, ao mesmo tempo que estavam a discutir aquilo. Disse, ainda, que era evidente, e facilmente demonstrado, que estava muito preocupado com o Pinhal e com a sua gestão, e quem ia antes ao Pinhal e vai agora, via bem a diferença, já vai parecendo um pinhal a sério, bonito e tratado, e não deve deixar de o ser, continuamente, e em determinada altura, ele próprio, que não é especialista, ia questionando quando iriam cortar uma parte dos pinheiros que não estão em condições, para depois começarem a pensar na plantação de outras árvores, mas isso estava tudo previsto. Disse que se contaram muitas histórias, que não gostava de fazer polémicas, nem show-off com coisas sérias, falou com quem deveria ter falado, várias vezes, com o senhor Secretário de Estado, que compreendeu, aguentou a matéria até onde pode e houve uma fuga da comunicação. Deu conta que estava cativo 20%, cinquenta e cinco mil euros, da receita, mas logo que o plano estivesse aprovado, seria reembolsado. Esperava que durante o mês de outubro, se as coisas correrem bem, o problema estivesse sanado, o plano esteja aprovado e que o Município de Peniche seja ressarcido da verba que infelizmente não conseguiram resolver e, provavelmente, iriam ter, pelo caminho, outros azares desta natureza, mas se tivesse sabido, antecipadamente, não teria acontecido.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Começou por falar em alguns aspetos positivos, e já que a senhora Deputada Célia Martins também falou, e pelos vistos o senhor Presidente sempre os defendeu, o Partido Socialista, também, sempre defendeu, na Assembleia Municipal, a colocação de limitadores físicos, na zona das arribas, aliás, em toda a zona costeira do concelho, portanto, era uma medida importante que permitia evitar a destruição das arribas e, também, garantia a segurança das pessoas.

Outro aspeto positivo para Peniche e para a economia de Peniche, tinha que ver com a quota da sardinha. Referiu que na última Assembleia Municipal, a Coligação Democrática Unitária apresentou uma moção com uma preocupação, relativamente à quota da sardinha, e toda a Assembleia Municipal a apoiou, a verdade é que, posteriormente, o Governo atualizou a quota da sardinha e aquele aumento permitiu que

a pesca daquela espécie fosse feita, pelo menos, até ao mês de outubro, aumentando o rendimento de armadores e pescadores.

Um último aspeto positivo, foi uma proposta, do Partido Socialista, que foi aceite pela Câmara Municipal e que estava relacionada com os contratos locais de segurança. Referiu que ficaram satisfeitos que aquela proposta tivesse sido aceite e sabiam que iria ser aplicada no concelho de Peniche, e o principal objetivo seria reduzir atividades criminosas e comportamentos considerados antissociais.

Existia um problema que se continuava a verificar todos os meses e, também, no verão, e agora verificou-se no final do Festival Sabores do mar, referindo-se ao lixo provocado pela Feira do Mensal, pela Feira do Artesanato e no final do Festival dos Sabores do Mar, não em tão grande número, mas existia algum lixo naquele espaço, e o problema era que aquele espaço ficava vários dias com lixo espalhado, que rapidamente chega ao mar e, portanto, teriam que ser encontradas novas práticas, para evitar que aquele cenário se repetisse, até porque, em termos ambientais, não era sustentável.

Relativamente à limpeza do Pinhal Municipal, reconheceram que, de facto, estava a ser feita uma limpeza que talvez nunca tenha sido feita, mas, na opinião do Partido Socialista, consideravam que existia um erro, perigoso para aquele Pinhal, que tinha que ver com os aglomerados de vegetação que ficavam mais de um mês no mesmo sítio, constituindo um combustível naquele Pinhal, portanto, existia esse risco e seria importante corrigi-lo.

Relativamente à qualidade da água para consumo humano, perguntou se poderia confirmar que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento não iriam ter acesso ao selo de qualidade da água para consumo humano, atribuído pela entidade reguladora, porque houve um atraso, da parte do laboratório, nas análises à água. Perguntou se era verdade e se fosse, quem tinha responsabilidade naquela situação, se a empresa do laboratório de análises falhou, porque é que ninguém fez alguma coisa para evitar aquela situação, com um Diretor Delegado e um ex-Diretor Delegado nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, como é que não identificaram a situação, caso seja verdadeira.

Relativamente ao IC11, na comunicação social de ontem, viu uma notícia em que os Presidentes de Câmara dos concelhos por onde, supostamente, passaria o IC11, reuniram com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, mas na notícia não constava que o senhor Presidente tivesse estado presente. Disse que aquela infraestrutura, a ser construída, começaria em Peniche, ou seja, iria servir Peniche, portanto, se o senhor Presidente da Câmara não marcou presença ou não enviou ninguém em seu lugar era, de facto, lamentável, se assim foi. Lamentaram, porque, de facto, consideraram que era uma obra importante para o concelho.

Na última sessão da Assembleia Municipal, solicitou um ponto de situação sobre as concessões camarárias, as ocupações legais do espaço público e as ocupações legais com pagamentos em atraso e, passados três meses, não receberam a informação, e era grave, porque aquele órgão, era o órgão fiscalizador da Câmara Municipal e não poderia ficar privado daquela informação. Referiu que necessitavam ter todos os dados para saber o que se estava a passar na Câmara Municipal e, portanto, ficava o apelo, para que fosse enviado um relatório com o que foi solicitado.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal, já foi falado, mas havia uma preocupação do Partido Socialista, que tinha que ver com a questão da Comissão de Acompanhamento, que apenas reuniu uma vez e desde aquela altura nunca mais reuniu, e os membros da Comissão de Acompanhamento e os membros da Assembleia

Municipal, não tinham acesso a qualquer documento, mapas e regulamento da revisão do PDM. Disse que consideravam que talvez fosse importante esclarecer, devidamente, aquele tema, saber quais seriam os próximos passos a dar, se iriam ignorar a Comissão que foi instalada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, e dizer o que pensava, relativamente à prestação de serviços que o Município de Peniche estava a pagar ao professor Jorge Carvalho, se seria ou não para continuar, porque estavam a falar de uma pessoa que falava de um concelho que não conhecia, propõe um conjunto de infraestruturas, que em dez anos, nunca iriam ser construídas, que eram aquelas estradas, todas à volta das localidades, matando o centro das localidades do concelho. Referiu que deveria ficar claro que o Partido Socialista não se revia naquela forma de agir, e a continuar assim, não teriam condições para apoiar a solução que estava a ser apresentada, da revisão do PDM, portanto, era preciso esclarecer para que ficasse tudo claro e não existissem dúvidas desnecessárias, num tema que deveria ser o mais transparente e claro possível.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Sobre a limpeza da feira era uma questão que lhe é particularmente sensível, as questões de limpeza e a limpeza da feira é uma questão que, tecnicamente, já tem discutido e tem feito outras sugestões. Referiu que já foram tentadas outras soluções com os feirantes, mas a verdade é que a feira ficava limpa passado uma hora e meia. Disse, ainda, que quase sempre todo o lixo fica dentro da vedação, excetuando nos dias de nortada que trazia o lixo para fora. Informou que os técnicos entendiam que era mais barato, era mais facilmente resolvida a limpeza da feira daquela forma.

Em relação à feira do artesanato, desconhecia o que aconteceu, até porque não estava em Peniche.

Em relação aos Sabores do Mar, foram retiradas todas as infraestruturas que lá estavam, o resto, em princípio, na segunda-feira estará tudo limpo.

Era verdade que os aglomerados no Pinhal estavam há tempo demais, mas não tinham caixas nem carros suficientes para os retirar, porque aquilo dava muito trabalho. Referiu que já falou com o um senhor Presidente de outra Câmara, para emprestar ao Município de Peniche uma máquina, para experimentarem, que destrói, completamente, toda a vegetação.

Em relação à qualidade da água, que quando as questões eram colocadas daquela forma, era preciso dizer que a pessoa em cauda era seu assessor à borla, da mesma forma que foi assessor do anterior Presidente de Câmara à borla, que é uma pessoa preocupada, particularmente, com uma grande obra que o Município está a fazer e que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento está a suportar, que é a ETAR. Em relação ao atual Diretor Delegado, disse que não fez parte do júri, na sua opinião, é uma pessoa simpática e que tem muita competência. Sobre a questão em concreto, não conhecia, iria procurar saber o que aconteceu e se houver responsabilidades irá perguntar, como já aconteceu dentro dos Serviços Municipalizados e dentro da Câmara Municipal, não querendo incriminar ninguém, mas pretendiam melhorar.

Em relação ao Secretário da Comunicação Social e ao IC11, era verdade que não esteve presente na reunião do Secretário de Estado das Infraestruturas, porque estava noutra reunião. Disse que o dossier não estava fechado, sabia o que estava a ser discutido, que para o IC11 estava a ser equacionado apenas uma via de cada lado e, soube que os maiores investimentos não eram para Peniche, por causa do parecer que havia

anteriormente e porque não havia dinheiro nem para metade do que estava previsto. Informou que isso seria comunicado, atempadamente, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, quando houvessem decisões, que de acordo com a notícia, seriam tomadas ou seriam avaliadas pelos responsáveis das Infraestruturas de Portugal. Referiu que teriam que ver quais seriam as vantagens que a região irá ter, em relação ao IC11, quais os benefícios para Peniche e onde se deveria situar.

Sobre as concessões e às outras questões colocadas, pediu desculpa, detetaram, hoje, a situação quando estiveram a fazer uma avaliação. Informou que, durante esta semana, seguiria a informação.

Em relação ao PDM e a outras considerações que foram feitas, referiu que a equipa do senhor professor Jorge Carvalho, neste momento, não estava a ganhar nada, e isso já foi dito em reunião de Câmara, está a terminar o PDM, mas não tem, neste momento, contrato com a Câmara Municipal. Na sua opinião, era impensável, neste momento, alguém considerar como hipótese retirar a equipa do senhor professor Jorge Carvalho do PDM, porque se isso acontecesse, alguém teria que ser responsabilizado e, na sua opinião, como as coisas estão a correr, provavelmente colocariam em risco o cumprimento das metas que pretendiam. Disse que quando o regulamento estivesse fechado, seria partilhado. Há uma proposta inicial que esperava que estivesse adiantada, neste momento, e mais completa, depois das muitas reuniões que fizeram. Tinha a sua consciência muito tranquila, em relação àquele processo, porque foi muito exigente, referindo que foi mais de um ano a pressionar, com muitas reuniões em muitos momentos, mas foi um documento muito partilhado, onde existem opiniões diversas dos membros do Executivo, tentaram, onde havia possibilidade de fazer pontes, conciliar, e se existia uma falha, relativamente à Comissão de Acompanhamento que, provavelmente, deveria ter sido constituída há quatro ou cinco anos, seria do Presidente da Assembleia Municipal e do Presidente de Câmara. Disse que iriam fazer o ponto da situação, ver o que falta fazer e dar a informação em reunião de Câmara. Na última Assembleia Municipal, disse que previa reunir com a Comissão de Acompanhamento assim que as coisas estivessem prontas para o fazer, depois de feito o ponto da situação, de conversarem e de avaliarem as coisas em reunião de Câmara. Disse que se as forças políticas, na Câmara, entendessem que o PDM não estava em condições de votar, não o votando favoravelmente, cada um assumiria a sua responsabilidade. Ele próprio iria tentando dar os seus contributos, o melhor possível, tentar ouvir os contributos de todos para melhorar e tecnicamente, quem tivesse capacidade para o fazer, deveria fazê-lo. Disse que a pretensão era que o processo acabasse o mais rápido possível, que fosse um dossier que corresse bem e que crie melhores condições para quem precisa daquele instrumento para decidir, em termos de futuro.

Henrique Estrelinha (PS):

Esclareceu que foi o senhor Presidente que levou a referência ao senhor Diretor Delegado e ao Ex-Diretor Delegado para um campo que não era o que pretendia levar. Disse que eram pessoas a quem reconhecia a total capacidade para fazerem o trabalho que fazem. Quando se referiu a eles, fê-lo porque são pessoas capacitadas para o lugar em que estão.

Tiago Gonçalves (PS):

Disse que, uma vez que falaram no assunto, e na anterior Assembleia Municipal, também, expressou a sua opinião sobre as prestações de serviço,

nomeadamente, relativa ao PDM, gostaria de assinalar uma questão que o preocupava, tendo ficado, ainda, mais preocupado, depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara, pelo facto da existência de uma equipa que trabalha para a Autarquia numa matéria muito sensível, sem qualquer vínculo contratual com a Câmara Municipal, existente ao momento. Se por um lado, para si, era preocupante na última Assembleia Municipal, quando disse que houvesse uma equipa externa, prestadores de serviços, que não têm qualquer relação hierárquica e dependente, funcional, disciplinar, junto da Autarquia, a prestar aquele tipo de trabalhos, disse-o numa lógica concetual, em geral e em abstrato, agora mais preocupado ficou sabendo que eles não têm qualquer vínculo contratual. Referiu que deixava aquela nota de uma forma construtiva.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, tendo informado que estes deveriam identificar-se e estarem mandatados para os assuntos que iriam apresentar, sob pena de a Mesa não aceitar as intervenções.

Apresenta-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

TIAGO CRUZ:

Disse que o que o levou ali e às pessoas que ali estavam, era um tema que, curiosamente, não foi falado naquela Assembleia Municipal, e antes de mais, agradeceu o facto de terem a oportunidade de expor aquela questão. Referiu que tinham em comum, serem do Baleal, ou seja, terem de viver, desfrutarem e terem um amor profundo pelo Baleal, e se qualquer um dos membros da Assembleia Municipal lá fosse, hoje à noite, iria encontrar um sítio idílico, um dos postais, sem dúvida alguma, do concelho, mas se lá fossem em julho e agosto, toda a gente ali sabia o que se passava por lá. A situação do Baleal, atualmente, durante os meses de verão, era, verdadeiramente, insustentável, a quantidade e a pressão automóvel dentro daquela Ilha que, na verdade, é um istmo, e já não iriam dizer que era feio ou que é bonito, que ficava mal ou que fica bem, que gostava ou que não gostava, tinha ou não carros à porta de casa, não era esse o assunto que estava em cima da mesa. Disse que o que se passava, atualmente, tinha que ver com um problema de segurança premente e urgente. Deu conta que, há dois anos atrás, houve um senhor que teve o infortúnio de cair das falésias para o mar, foi resgatado pelos pescadores e levado para a Praia dos Barcos, a ambulância chegou prontamente, mas ficou em frente ao Café Central, na entrada da ilha e os Bombeiros tiveram que correr com a maca pela rua até à praia, onde recolheram o senhor e o trouxeram a correr de volta para a ambulância. Disse que todas as casas tinham bilhas de gás, que eram contíguas umas às outras, os carros estacionam selvaticamente, em cima uns dos outros, desrespeitando todas as sinalizações colocadas, e este ano renovaram e reforçaram a sinalização, mas não havia nada que combatesse a falta de civismo das pessoas, que são turistas, residentes, moradores, era toda a gente. Disse, ainda, que um dia poderia acontecer ali uma desgraça e se uma casa pegasse fogo, aquilo era um barril de pólvora, iriam todas atrás, se um carro pegasse fogo, pegavam todos uns a seguir aos outros, e os Bombeiros não andavam dez metros dentro do Baleal e nessa altura iriam ser pedidas

responsabilidades, como era óbvio, e aquele era um problema que estava cada vez pior, a situação arrastava-se e ninguém fazia nada. Referiu que a Câmara Municipal desenvolveu um projeto para o Baleal que visava mitigar o problema, um projeto desenvolvido pelos técnicos camarários, ao qual já tiveram acesso, já foram chamados para o consultar, já deram opinião, e depois disso já foi alterado. Disse, ainda, que aquele projeto tinha vantagens e desvantagens, como qualquer projeto, se fosse implementado, jamais seria consensual, mas tinha uma solução e conseguia resolver o problema, sem negar o acesso e a entrada a ninguém dentro do Baleal, mas não iria perguntar porque é que o projeto não era implementado, porque ficou a perceber hoje. Referiu que foi a primeira vez que foram à Assembleia Municipal, que há centenas de coisas urgentes para fazer no concelho de Peniche, foram para pedir que fizessem qualquer coisa e que implementassem aquele projeto, se não for esse, outro qualquer que resolvesse aquele problema, porque mais ano, menos ano, acontecia, de facto, uma tragédia no Baleal e ninguém ali iria querer ser acusado de ser corresponsável daquela tragédia.

ARTUR CARVALHAL:

Disse que iria falar da Barragem de São Domingos, não para incomodar, mas para proteção e salvaguarda da selvajaria que existe nas margens da Barragem de São Domingos. Referiu que São Domingos é uma barragem que abastece o concelho de Peniche, era a fonte que dava água e que ajudava a sustentar a vida no concelho de Peniche, e o grande problema era que o acesso à volta da Barragem estava a ser estagnado, o caminho não tem regueiras, porque foram tapadas pelos lavradores, ou não lavradores, e pelos homens das motas ou dos carros de todo o terreno, e agora que não chove, tem poeira, quando chove, tem lama, e quando era o regadio das terras, que eram lavradas e amanhadas para as chamadas couves, tinham os regos que eram regados na horizontal, onde a água era encaminhada selvaticamente e onde os pesticidas e os herbicidas eram transitados diretamente ao caminho, porque não tinha regueira, eram os regos onde as águas transitavam e a regueira fazia de filtro para que as águas ajudassem a limpar, mas juntava-se com a lama e depois havia o açoramento da Barragem e, na sua opinião, dentro de 20 anos não tinham Barragem. Deu conta que, desde de 2014, o ladrão não deitava a água fora, sendo já o sexto ano, mas o agricultor a regar as terras consegue transitar terreno para dentro da Barragem, e seria bom que houvesse uma equipa de trabalho que fosse analisar o que se passava na Barragem de São Domingos, isso caso se pretenda continuar a ter água no concelho. Referiu que, em junho, andou lá uma máquina a terraplanar, com uma lâmina inclinada, o que fazia o terreno ir para a berma e, ainda, tapou o pouco rego que havia, e se a Câmara Municipal não sabia, deveria saber. Perguntou o que é que aquela terra planadora, ao estar a limpar as tais lamas que vinham das terras, para depois fazer a dita limpeza, amontoou terreno do lado da valeta, neste caso, a regueira, ou seja, os aquedutos, que era por onde as águas deveriam sair, estão partidos, os agricultores amanhavam até ao caminho, que faz parte da Barragem como proteção à própria Barragem, ou seja, a terra que vem do terreno do amanho acabou por criar lama, e se não estiver enganado, houve lá uma caminhada, organizada pela Junta de Freguesia, e andaram lá com a máquina a limpar, só que com aquela limpeza o terreno foi posto para dentro da valeta, limpou-se, naquele caso, a largura da estrada e a berma estava cheia de terreno, era bom para todos que chovesse, mas antes que chovesse, era bom que houvesse uma atitude da Câmara Municipal, de abrir as regueiras para salvaguardar aquele ponto, seja o açoramento, seja as águas que têm o herbicida e o

pesticida, daí as análises da água ter o problema que tem, pelo que era uma situação para proteger. Deu conta que, no domingo passado, andou de canoa na Barragem de São Domingos, percorreu-a toda, viu o que era necessário, e era bom ter mais gente que o acompanhasse e analisasse o que era preciso fazer naquela Barragem. Encontrou quatro pescadores a pescar, e quando se apercebeu que iam três deles embora, chamou-os para limparem o lixo que deixaram, plásticos, garrafas e outras coisas.

Sobre a questão da segurança na vida rural, disse que era uma vida sossegada, mas a qualquer momento era precipitadamente acelerada, principalmente à noite, no Baleal e não só, eram invadidos por pessoas vindas de outros lados, que vinham para gozar e abusar e que estavam a borrar-se para o resto. Chamou à atenção que era preciso haver segurança, que não existe, mas tinham no nosso concelho, dentro de Peniche, a Guarda Nacional Republicana, perguntou porque é que aquela força policial não estava na vida rural a tratar da segurança e a defendê-los, até porque iriam ter um núcleo escolar, em Atouguia da Baleia, que abrange cerca de mil alunos, com os professores, trabalhadores da escola e não só, porque razão a Guarda Nacional Republicana não habita na vida rural, uma vez que quando a mesma é chamada leva de uma a três horas a chegar, e quando chega o problema já está resolvido, o que não era verdade, o que acontecia é que as pessoas se afastam depois deles serem chamados. Recordou que, em maio, houve um assalto aos indivíduos do tabaco, um furto de vinte e dois mil euros, que foi um espetáculo, não houve autoridade, nem valia a pena.

Disse que, no caso de acidentes, existiam grandes problemas de trânsito em Atouguia da Baleia, os caminhos deveriam estar elaborados e não estão, não têm condições, inclusive, a Rua dos Canteiros até à Horta Pronta, era uma das que tinha mais trânsito. Disse que a vila de Atouguia da Baleia era a segunda sede concelhia e em frente ao cemitério, quando há um funeral, o trânsito tinha que parar, porque não há espaços para estacionamento, e agora com a nova escola, no Casal da Cruz, vai ser um caos, mas espera que haja bom senso.

Relativamente ao tema abordado pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, referiu que ontem, saiu da Igreja de São Pedro, passou pela Avenida do Porto de Pesca, e estava um espetáculo, o plástico no ar parecia velinhas. Referiu que não estava a criticar, estava a dizer que parecia que estava na moda falar do plástico, mas quem entrasse em Peniche, via o lixo todo agarrado à rede. Deu conta que no Forno da Vila, em Atouguia da Baleia, lhe pediram para colocar dinheiro na caixa de gorjetas, concordou dar com a contrapartida de que as alhetas de mexer o café enchessem um garrafão de seis litros e assim foi. Referiu que foi uma iniciativa ocasional, mas possível, e poderia ser adotado o um método idêntico, entregando um saco aos feirantes para que colocassem o seu lixo.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

A questão colocada pelo senhor Tiago Cruz, do Baleal, de facto, não foi hoje mencionada, mas no passado já foi, ou seja, nas Assembleias não poderiam falar sempre de tudo. Referiu que, por acaso, hoje, a propósito da questão do estacionamento, do protocolo a realizar com a Junta de Freguesia de Ferrel, tinha pensado abordar aquele tema, porque lhe parecia, e falando já do assunto, embora pudesse voltar a repeti-lo depois, que a conceção do Regulamento do Estacionamento, que foi feito em 2013 e foi objeto de muitas discussões e de consensos muito difíceis, que em alguns casos não aconteceram, e não concordava com tudo o que estava no regulamento, mas para se chegar a um consenso foi preciso que ficasse assim, a verdade é que nunca foi aplicado,

e agora passou a ser aplicado, em relação à parte de fora da ilha, junto aos bares, mas era um contrassenso que fora da ilha, o estacionamento fosse pago e dentro da ilha não fosse, aumentando a pressão, aumentando a circulação de pessoas à procura de lugares de estacionamento, foi uma coisa que se notou este ano, notou-se o aumento da circulação de carros na ilha, e não há soluções mágicas para a ilha, nunca é possível agradar a todos, e nessa altura, quando discutiram isso, não estão já na Assembleia Municipal todas as pessoas que estavam na Comissão, mas a verdade é que uma das pessoas que estava naquela Comissão disse que no Baleal não se poderia mexer, porque gostava muito de lá ir passar com o carro, mas quando o argumento chegava àquilo, era difícil discutir e, portanto, era preciso, de facto, uma solução, não era por causa dos moradores, era porque não era razoável que estivesse, constantemente, ali em perigo a circulação de um carro dos Bombeiros ou de uma ambulância, todos assistiam a casos, pessoalmente assistiu, este ano, a um caso em que uma senhora sabia que estava a estacionar mal, mas foi preciso alguém da Guarda Nacional Republicana avisá-la. Referiu que a solução nunca iria ser fácil, e o problema só existia, e isso foi vincado na altura, entre o dia 15 de julho e o dia 31 de agosto, tirando os fins de semana, era aquele o período em que, diariamente, havia uma pressão que impedia e que impunha uma questão de segurança. Disse que estava inteiramente de acordo, na sua opinião, a questão nunca iria ser objeto de concordância, ou seja, qualquer decisão que se tomasse iria ser contestada, como foi no passado, quando se tentou limitar o acesso, a solução proposta, há seis anos, quando se fez o regulamento, não era de limitar o acesso à ilha, era de limitar a circulação durante o dia, como já aconteceu, no mandato da Coligação Democrática Unitária, limitar a circulação pela Rua Raul Brandão e o parque de estacionamento continuar a ser um parque de estacionamento para quem quisesse lá estacionar, mas tinha que se criar, como se teria que criar para a cidade de Peniche, ao abrigo daquele regulamento, um sistema de estacionamento para moradores. Disse, ainda, que o regulamento foi pensado para o conjunto do concelho, portanto, tinha cartões de morador para Peniche e tinha para o Baleal, mas acabou por não ficar previsto para o Baleal por força da oposição de um dos membros daquela Comissão. Referiu que tinha pena de não conhecer o projeto, por isso não poderiam decidir uma coisa que não conheciam, nunca ouviu falar e, na sua opinião, a decisão tinha que ser conversada, porque teria que ser aprovada na Assembleia Municipal, e tinha que ser conversada, porque era importante que se ultrapassassem aquelas questões, que alguns pareciam ter, que não poderia ser limitado, mas em todo o país há zonas de acesso limitado, e parece-lhe que o Baleal era, obviamente, um sítio a preservar, pelo seu valor natural, pelo seu valor turístico, mas também, por uma questão de segurança, acima de tudo.

Em relação ao senhor Artur Carvalhal, para além de saudar a iniciativa do garrafão, esperava que pudesse distribuir garrafões por outros cafés da Atouguia da Baleia. Disse que, de facto, desde que estava na Assembleia Municipal, desde 2009, que foi o mesmo ano que foi aprovado o Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos, que fala da Barragem e de como estava subaproveitada e maltratada e, normalmente, o anterior Presidente da Câmara dizia-lhe que achava que não era a Câmara que teria de tratar, e ele próprio dizia-lhe que era a Câmara que tinha de tratar, porque embora não resultasse, claramente, do Plano de Ordenamento, que era à Câmara que cumpria, parecia-lhe evidente que se mais ninguém lá ia, alguém teria que ir, e parecia-lhe que teria de ser a Câmara Municipal, que era quem tinha meios para fazer. Disse, ainda, que não sabia qual era a opinião do senhor Presidente, em relação àquilo, porque embora já tenham falado, a propósito das Grandes Opções do Plano, na Barragem

neste mandato, não se recordava o que foi referido, mas achava que não poderiam continuar a assobiar e a achar que não há ali um problema, porque há, que não é de fácil solução, porque a agricultura é, obviamente, importante como fonte de rendimento para quem ali tem as terras, mas teria que se arranjar uma solução que encontrasse um equilíbrio entre a agricultura e o ambiente e, também, teria que haver uma fiscalização para saber se que o que estava a acontecer, no momento, era o que estava autorizado acontecer e não sabia se era. Saudou o senhor Artur Carvalho, por ter trazido essas preocupações, porque comungavam das mesmas.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Agradecia, obviamente, a presença do senhor Tiago Cruz e das pessoas que o acompanhavam, por terem trazido aquele tema à Assembleia Municipal. Referiu que a sua intervenção ficava um pouco condicionada pela intervenção do senhor Deputado Ademar Marques, porque tinha um entendimento muito idêntico àquele que foi relatado, todavia, perguntou se o projeto referido tinha que ver com a unidade de execução, porque se fosse da unidade de execução, tinha algum conhecimento, sobre o que foi referenciado, reconhecia o seu desconhecimento sobre o projeto, que se, depois, o senhor Presidente da Câmara quisesse elucidar, e na Bancada do Partido Socialista, talvez o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel tivesse algum conhecimento sobre a matéria, mas ele próprio estava como o senhor Deputado Ademar Marques, não tinha informação sobre aquele projeto.

Em relação à questão do Baleal, tinha muito a ver com uma preocupação que é comum a vários Municípios, tinha a ver com a atratividade dos Municípios, tinha a ver com a capacidade de carga que cada Município tinha para aqueles meses de veraneio, que no Baleal vai de maio a setembro, já não era só junho, julho e agosto e, portanto, vai-se estendendo, e com o Campeonato do Mundo de Surf, ainda, estendia mais um pouco e, portanto, tinha muito a ver com a recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), com a questão da segurança e tinha muito a ver sobre de que forma é que existia uma articulação entre o poder central e o poder autárquico, para resolver aquelas questões. Referiu que era impossível no Baleal, para questões de segurança e o "Safety Security", terem, também, uma demanda exagerada de policiamento, porque isso trazia um constrangimento aos locais e, também, àqueles que nos visitavam, agora, de facto, teriam que ser tomadas medidas, e não há medidas simplistas para aquelas questões, porque quando se tomava uma medida simplista nunca dava resultado, de facto, teria que ser uma atuação consertada e teria que haver um reforço nos meios de veraneio, quer do policiamento, para regular o trânsito e para haver um efeito dissuasor, naquilo que era a criminalidade e, também, e sabia que o senhor Presidente já fez diligências nesse sentido, a possibilidade de haver um sistema de videovigilância, que para a zona dos bares do Baleal já era feito, em vários locais, e tinha, sempre, um efeito de prevenção, relativamente a alguma criminalidade. Pretendeu deixar aquilo que era o entendimento da Bancada do Partido Socialista, relativamente àquela matéria e, também esperava que lhes fizessem chegar o projeto, para, depois, se poderem debruçar sobre o assunto.

Relativamente ao senhor Artur Carvalhal, agradeceu por ter levado aquele assunto, e pensava que, no mandato passado, enquanto era Vereador, referenciou uma questão, de que se fazia na Barragem de São Domingos, que podia parecer uma situação de somenos importância, mas que tinha um efeito muito positivo, na altura, era o senhor Vereador Jorge Gonçalves o Presidente da Câmara, e tinha que ver com o facto de haver

um vigilante da Barragem, que tinha o efeito, pelo menos, de impedir que algumas pessoas, mesmo sem ser por mal, prejudicassem o caminho e prejudicasse a qualidade da água e existem, ali, uma série de impedimentos. Disse, ainda, que, na altura, a senhora Deputada Sofia Barradas era a engenheira responsável da estação, e havia um vigilante que tinha um efeito de controlo de algumas situações, foram, inclusive, levantados alguns autos e, na sua opinião, poderia ser uma medida, se o senhor Presidente entendesse por bem, que não iria, de todo, resolver o problema da Barragem, porque o problema da Barragem tem muito a ver com aquilo que é a tutela, seja da Agência Portuguesa do Ambiente, seja do Município de Peniche, e a forma de congregar a articulação entre o poder local e o poder autárquico, também, naquele caso, mas, de facto, no efeito imediato, na sua opinião, a solução que se poderia ter, desde já, era colocar novamente um vigilante, que faria relatórios diários e semanais, de forma a poderem mitigar aqueles acontecimentos.

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse que:

Em nome do Grupo de Cidadãos e Eleitores por Peniche, agradeceu ao senhor Artur Carvalho, ao senhor Tiago Cruz e aos senhores que o acompanharam, por levarem dois temas que devem merecer toda a atenção, que são, precisamente, a segurança e a sustentabilidade. Concretamente, em relação à Ilha do Baleal, subscreveu totalmente as preocupações e conhecia a realidade. Referiu que a situação no Baleal, nos meses de verão, era, verdadeiramente, caótica e era urgente o ordenamento da ilha, era urgente reduzir a circulação automóvel na ilha e incentivar, até, a circulação pedonal, portanto, quem muitas vezes dá, simplesmente, a volta à ilha, porque não fazê-lo a pé e há que incentivar, ou a bicicleta e, portanto, não lhe fazia qualquer sentido muitas daquelas entradas na ilha, de automóvel, no entra e sai. Disse, ainda, que, para além da questão da circulação automóvel, era urgente tratar a própria ilha do Baleal, porque tinham conhecimento que na Rua do Por do Sol a questão da arriba estava em risco, portanto, existia aquela questão a ter em consideração e tantas outras preocupações que poderiam enunciar.

Outro aspeto que não poderia deixar de referir, era a própria utilização da praia, era necessário e urgente garantir a segurança dos banhistas e dos praticantes dos desportos de deslize. Disse que aquela era outra questão a ter em consideração, inclusive, a própria vigilância da praia, junto, por exemplo, ao Café Central, pelo que solicitou à Câmara Municipal que tivesse em consideração todas as questões mencionadas.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Agradecia ao senhor Tiago Cruz e aos colegas que o acompanhavam, por terem ido à Assembleia Municipal. Referiu que o Baleal não era um dos sítios mais icónicos do concelho, era a joia do concelho, dissessem aquilo que dissessem, se a Berlenga fosse um istmo, o Baleal estaria ao mesmo nível da Berlenga, uma vez que na Berlenga não se chega tão facilmente, o Baleal era o melhor, e poderiam ser feitos estudos para ver.

Sobre o período da confusão, discordava do senhor Deputado Ademar Marques, na sua opinião, o período atualmente, efetivamente, estava a alargar, não muito mais, do que referiu, em termos do projeto, referiu que tinha acabado de enviar um email para o senhor Deputado Ademar Marques, com o seus contatos, para o caso de pretender ir à Junta de Freguesia de Ferrel onde poderia ser visto o projeto, em papel, que chegou

endereço ao anterior Presidente da Junta de Freguesia, porque foi lançado pelo senhor Presidente da Câmara, António José Correia.

Relativamente à zona das arribas instáveis, referidas pela senhora Deputada Inês Lourenço, foi intervencionada, no mandato passado, pela Agência Portuguesa do Ambiente, e em termos de suporte, pelo menos, de segurança, começou a ser feito, parou e ficou com paus ao alto, já teve algumas cordas, mas depois saíram, tendo sido feito pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves, na Câmara Municipal, e pelo senhor Luís Ganhão, na Junta de Freguesia, e quando, ambos, saíram, quer da Câmara quer da Junta, aquilo parou e até hoje ficou como estava.

Deu conta que aquela obra estava prevista no orçamento para 2019, não com a verba suficiente, tem vinte e cinco mil euros, e o senhor Presidente da Câmara comprometeu-se, tendo dito que, com certeza, aquela obra avançava este ano, o que já não acreditava, mas poderia ser surpreendido. Disse, ainda, que concordava com o projeto que estava feito, que deveria ser implementado, para ontem, estava muito bom, o senhor Arquiteto David Gonçalves, sem o classificar face aos outros, era aquele que gostava mais de interagir dos do Município, era muito bom e tinha ali um grande projeto, e era histórico, porque estavam todos de acordo, estava a Junta de Freguesia, estava a Câmara Municipal, estava a Comissão de Festas de Santo Estevão, estava a Associação dos Amigos do Baleal, estão os pescadores, portanto, era o primeiro projeto, em muitos anos, que tinha o acordo de toda a gente, e antes que houvesse desacordo, ele era urgente, não só pelas situações que já foram referidas, ele era urgente ser implementado. Deu conta que, no decorrer da semana, tiveram uma reunião com os parceiros associativos e vão pedir uma reunião à Câmara Municipal, que tinha que ver com aquele projeto, portanto, irão tentar apresentar uma solução que não modifica o projeto, mas que acrescenta algumas coisas e, na sua opinião, a questão do Baleal, que é realmente caótica e perigosa, concordava com todos, resolvia-se com uma coisa muito simples, que se chamava empresa pública, uma Polícia Municipal, algo do género, que atuasse, efetivamente, em quem estivesse a prevaricar, quer dentro da ilha, quer fora da ilha. Referiu que era uma questão que a Guarda Nacional Republicana não tinha meios para fazer tudo, não podia estar em todo o lado ao mesmo tempo, ou então, uma vez que se sabia o período em que aquilo acontecia, à hora que acontecia, que até dava para marcar na agenda, mandava-se lá os Fiscais Municipais, por exemplo, e haverá alguns dias em que apanhariam muita gente. Disse que infelizmente, o civismo não abundava naquelas pessoas, que colocavam o carro em qualquer lado, a Junta de Freguesia de Ferrel fez aquilo que podiam, talvez mais do que podiam, porque tiveram que abdicar de outras intervenções para fazer as que fizeram na ilha, além das limpezas e do cuidado que tiveram, fizeram algumas limitações, com obstáculos e com algum embelezamento, para tentar, pelo menos, que os carros não estivessem em cima de dunas, logo à entrada da ilha.

Relativamente ao estacionamento, estava de acordo que deveria ter sido primeiro a ilha, e que aquela não foi a melhor solução, mas já iriam discutir o porquê, houve muitos atrasos, referindo que o pedido foi feito em 2017.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

No geral, já foi quase tudo dito sobre a questão do Baleal e a questão da Albufeira de São Domingos.

Sobre o Baleal, sempre teve a opinião que a resolução do problema do exterior só deveria ser resolvida e deveria ser acompanhada a resolução do problema do interior, ou seja, deveriam ser criadas as condições para que quando entrasse uma em vigor, entrasse a outra também. Referiu que sempre que aquele assunto esteve sobre a sua tutela, foi sempre da mesma opinião, era preciso uma intervenção municipal, a Câmara tem feito o seu trabalho, não era por falta de sinalização que aqueles problemas, que foram colocados, existem, era por falta de civismo e por falta de atuação das forças de segurança. Chamou a atenção da Assembleia Municipal e do público, que em reuniões com o Comando Distrital, e estava à vontade para o dizer, porque participou em várias reuniões, chamaram a atenção porque é que o Baleal não tinha um equipamento que quase toda a gente já tinha em todo o lado e Peniche tinha na cidade, também, que era um reboque de viaturas e, na altura, a Câmara Municipal disponibilizou o espaço dos armazéns da Câmara para o depósito dos carros que eram rebocados, e ali estava a solução, as forças de segurança fizeram "zero", e se houve algum momento em que as coisas funcionaram mais ou menos bem, foi na altura em que houve uma cooperação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, em que tinham o apoio da Junta, e esse trabalho era feito, já foi falado no arruamento, em que havia intervenção, pelo menos, durante um período do dia, no período que já foi referindo, entre julho e final de agosto, início de setembro, portanto, qualquer solução que fosse ao encontro da resolução daquele problema merecia, naturalmente, o apoio da Bancada da CDU. Continuava a dizer que o regulamento, em boa hora, foi aprovado. Referiu que, na sua opinião, o regulamento lhes permitia fazer o trabalho que era necessário fazer, que era preciso ter noção que o Baleal não era pacífico, nunca foi, há trinta anos atrás, estavam na Assembleia Municipal e recorda-se perfeitamente de aprovarem um regulamento às tantas da manhã e no outro dia, às seis da manhã, o que foi implementado, estava tudo partido, e quem partiu, não foi o pessoal da Câmara que lá foi pôr as coisas, nem a empresa que instalou o equipamento, toda a gente sabia quem foi, portanto, desde há trinta anos para cá, que o problema poderia estar mais mitigado, mais resolvido.

Em relação às questões da Barragem de São Domingos e ao Plano de Ordenamento da Albufeira, as questões dos caminhos que foram colocadas pelo senhor Artur Carvalhal, a responsabilidade não era da Câmara Municipal, era preciso ser-se coerente, porque cada um tinha as suas competências. Referiu que a responsabilidade, relativamente à Albufeira não era da Câmara Municipal, e se tem havido algumas intervenções nos caminhos, tem sido as sucessivas Câmaras que têm feito, e convinha dizer à entidade que faz a gestão daquela albufeira, que tinha que começar a pagar e a fazer o trabalho que é preciso fazer. Disse que deveria existir um trabalho de sensibilização, que não era um trabalho fácil, há pouco ouviu dizer que os Fiscais da Câmara eram bons para fazer o acompanhamento das questões de problemas de trânsito no Baleal, ele próprio diria, "*jamais*", porque, na sua opinião, deveriam ter pena dos funcionários, porque se as forças de segurança não se conseguiam impor naqueles casos, não eram os fiscais, desarmados, que iriam fazê-lo, a não ser que queiram contribuir para que alguns tomem banho mais cedo. Referiu que se há preocupações com a segurança, que são justas, a preocupação da segurança com os funcionários teria que ser mais justa ainda, e tinha que ser olhada daquela forma, portanto, teria que haver, sempre, forças de segurança que olhassem para aquele tipo de situações, porque não era fácil, era o pescador, era o agricultor, que estavam ali e no momento as coisas corriam-lhes mal. Disse, ainda, que teriam que olhar para aquilo, com seriedade, com responsabilidade e, também, naquela área, tinha que haver intervenção, tinha que haver acompanhamento,

quando a Câmara passar a ter aquela competência, teria que encontrar a solução adequada, fosse uma empresa de segurança, fossem os próprios funcionários, fosse contratar a GNR, fosse o que fosse. Referiu que havia uma coisa que concordava e que foi dito pelo senhor Artur Carvalho, que começava a ser difícil de aceitar, os anos passam e a GNR dormia em Peniche.

Ângelo Marques (PS):

Disse que o senhor Artur Carvalho colocou, também, a questão da segurança. O que se poderia dizer, relativamente ao facto de a Guarda Nacional Republicana não estar na Freguesia de Atouguia da Baleia, era fazer um pequeno histórico. Pensou que foi o senhor Vereador Jorge Gonçalves, enquanto Presidente de Câmara, que comprou um terreno para o efeito, na altura, com o acordo de todas as forças políticas, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Posteriormente, no mandato do senhor Presidente, António José Correia, foram feitas diligências e houve uma visita da Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna e houve uma concordância de todas as forças políticas e houve, também, o convencimento do Comando da GNR para mudarem para a Atouguia da Baleia. Nesta fase, da informação que dispõe, estavam a ser realizadas as últimas démarches para se efetivar o lançamento do projeto de execução.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que falou nos funcionários, por causa da questão do estacionamento abusivo, e se o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei fosse ao Facebook, via o Município de Setúbal, que fizeram uma coisa muito simples, que foi chegar à Arrábida, colocar trancas nas rodas e foi tudo a oito. Referiu que no Baleal bastava fazê-lo numa semana, que as pessoas passariam a ter mais cuidado. Disse que havia muita coisa na fiscalização que falha, se falhasse para safar aquela questão, referindo-se ao Baleal e a outros sítios, a Papôa também precisava, já se ganhava alguma coisa, que era o respeito e a ordem. Referiu que apenas falou do estacionamento abusivo, quanto ao resto, estava muito à vontade e era sabedor da matéria.

Célia Sousa Martins (PSD):

Disse que tendo em conta que se falou nas atribuições e na articulação das competências entre a Agência Portuguesa do Ambiente e o Município, relativamente à gestão da Albufeira de São Domingos e das suas margens, alertou que o processo de revisão do Plano Diretor Municipal prevê que as normas relativas ao regime de salvaguarda dos recursos territoriais e aos planos de gestão que fazem parte dos planos especiais de ordenamento do território, onde se inclui o plano de ordenamento da Albufeira de São Domingos, teriam que ser transpostos para o Plano Diretor Municipal. Referiu que ao ser transposto aquele tipo de conteúdo para o Plano Diretor Municipal, também, muitas das responsabilidades das atribuições que eram da Agência Portuguesa do Ambiente, passarão para o Município, por isso, provavelmente, é válido que aquelas responsabilidades são hoje da Agência Portuguesa do Ambiente, mas vai deixar de o ser, e se em julho, que é o tempo útil que têm para aprovar o Plano Diretor Municipal, sob pena de não ficarem suspensas as normas, passarão a ser competências deste município.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O senhor Tiago Cruz já sabia o que estava a acontecer, porque já lhe tinha dado a resposta. Estiveram, talvez, no primeiro trimestre de 2018, numa reunião sobre o projeto que existia, como o senhor Presidente de Junta de Freguesia há pouco referiu, mas chegaram, também, à conclusão que era preciso alguns reajustamentos, nomeadamente, na Rua Pôr do Sol. Disse que o arquiteto preferido do senhor Presidente de Junta de Ferrel tem um projeto na mão, como tem outros, mas há pouco tempo estiveram a fazer o balanço das prioridades, e a exigência não é muito grande, relativamente ao que é necessário alterar, para posteriormente partilhar com os presentes, naturalmente, com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia. Sendo verdade que estava prevista aquela obra para 2019, estavam outras obras previstas para 2019 e não as conseguiam concluir. Devido à pressão de processos que têm e, também, às prioridades que entenderam que deveriam privilegiar, nomeadamente as candidaturas dos fundos comunitários, que também têm que ter o acompanhamento dos técnicos, não o conseguiram fazer, mas neste momento, estava tudo tranquilo e esperam que, entretanto, até ao final do ano, o projeto esteja concluído da parte técnica, para depois conversarem e ver se é aquilo que resolve.

Tinha uma posição um pouco radical para preservar aquilo que é bonito e concordou com o senhor Presidente de Junta de Ferrel, Pedro Barata, pela beleza e pela importância transcendente que a ilha do Baleal tem para o concelho, se é o primeiro ou se é o segundo, é uma questão de gosto de cada um, é demasiado importante para ser tão maltratado. Referiu que teriam que ter coragem, nestes e noutros aspetos, para saber que há medidas duras, que há resistência, mas que são importantes tomar para a maior parte da população. Assumia sempre as suas posições em relação à questão da segurança, admitindo como provável, no futuro, como o senhor Presidente de Junta de Ferrel há pouco referiu, que o município pudesse vir a ter uma Polícia Municipal, não com os fiscais a intervir como polícias municipais, até porque não têm competências para tal, nem era desejável. Estava muito tranquilo em relação àquele processo, esperam terminá-lo ainda este ano e como já referiu, não era muito exigente.

Entretanto, foram implementados alguns sinais e alguns ajustamentos.

Seria como os senhores Deputados há pouco referiram, o regulamento teria que voltar à Assembleia Municipal, o projeto não era necessário, mas poderia voltar, mas não era significativo, porque era, basicamente, muita sinalização, zonas de estacionamento proibido, sinais proibidos, arruamentos de um só sentido, circulação à volta da ilha, uma beneficiação com alguma profundidade em toda a ilha e beneficiações que têm são necessárias fazer-se, naturalmente. As medidas que vão levar a uma maior tranquilidade seriam outras e não tinham que ver com o projeto. Aquilo que não fosse executado no orçamento de 2019, como outros, teria que ser previsto no orçamento de 2020.

Em relação à Barragem de São Domingos, independentemente do que foi referido, há pouco, pela senhora Deputada Célia Martins, mais valia assumir as competências que os outros não querem assumir. A APA nunca quis saber da Barragem, foi sempre o Município, pelo que estava completamente de acordo com o senhor Deputado Ademar Marques, independentemente das competências. Relativamente ao desenvolvimento do concelho, obviamente que seriam os investidores a investir, mas as dinâmicas que o Executivo pudesse conseguir, e muitas vezes centrado no Presidente, são determinantes, até porque se a Sociedade Civil, em termos de organização, é frágil, o Município e a figura institucional do Presidente têm sempre muita força, em momentos cruciais. Na sua opinião, o problema da Barragem não tinha que ver com o facto de o Município querer ou não assumir, a Câmara Municipal vai ter que assumir, o problema da Barragem é outro, e lamentava não estar presente o senhor Presidente de Junta de

Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, porque já falaram sobre o assunto, diversas vezes, chegaram a uma conclusão, quer teria que ser através de uma intervenção pedagógica, de sensibilização, das pessoas, nomeadamente dos agricultores. Referiu que teriam que contactar todos os agricultores, tinham que fazer o levantamento de todos os agricultores, e quem conhece a agricultura sabe que lavrar a terra num certo sentido, é diferente de lavrar a terra em outro sentido.

Se falava muito dos glifosatos na cidade, e como exemplo, os glifosatos que os técnicos dizem que quer eram aplicados na água era 1% diluído, referindo que era inteiramente contra a aplicação de glifosatos.

Estavam a trabalhar no sentido de fazer o levantamento total de amianto existente nos telhados, para ajudar a resolver. Obviamente, teria que ser um objetivo, não deste mandato, mas do município.

Em relação à barragem, na sua opinião, deveriam avaliar, muito bem, o regulamento da barragem, e não era a Câmara que iria resolver o problema, a Câmara tinha, na sua opinião, uma responsabilidade acrescida, maior do que a Junta de Freguesia, independentemente de ser o Afonso Clara, o Jorge Amador, a Teresa Lopes ou Pedro Barata, o Presidente, qualquer um que fosse tinha que juntar sinergias para, juntamente com as pessoas que têm propriedades à volta, resolver a situação, e não bastava abrir uma valeta junto ao talude para desviar. Era necessário verificar o tamanho dos tratores, que apenas passam naqueles caminhos, porque a questão é muito mais profunda e é preciso, como em muitas situações que existem neste concelho, vontade, envolvimento das pessoas que estão na envolvente.

A barragem era como tudo, como o Baleal, a ilha da Berlenga, a zona portuária e as praias, e era isso que fazia o desenvolvimento do concelho e isso era estratégia. Se é estratégia a potencialidade que aquela barragem tem e vai ter mais, se a Associação depois, conseguir implementar o projeto que tem, para a margem norte, se tem essa importância, tinham que a potenciar, tinham que a desenvolver e tinham que a proteger, há coisas que é difícil proteger.

Em relação àquilo que o senhor Deputado Ademar Marques referiu, sobre os efeitos do clima num próximo futuro, se levassem ao extremo a discussão do PDM, deixariam de construir, provavelmente, em toda a zona da Prageira, porque era evidente, como é evidente outras coisas que são resultado do clima.

Em relação à questão do quartel da Guarda Nacional Republicana, em Atouguia da Baleia, é verdade aquilo que o senhor Deputado Ângelo Marques referiu, no orçamento de Estado de 2019, estava contemplada uma verba de quinhentos mil euros, para reconstruir o quartel da GNR, e foi assumido que havia uma propriedade, num loteamento, com zonas privadas na envolvente, e que era preciso fazer o processo de loteamento, que não existia. Referiu que o processo estava a decorrer de forma faseada. Referiu que o processo de loteamento estava a decorrer, de forma faseada, que estava em mão de uma Técnica do Município que tem, também, os fundos comunitários, as empreitadas e um conjunto de outras coisas que não consegue fazer. Informou que, esta semana, esteve numa reunião com os técnicos e com o representante da proprietária, numa tentativa de conciliar os custos das infraestruturas, que estava avaliado, em termos técnicos. Deu conta que iria ser elaborada uma proposta que será presente, em breve, em reunião de Câmara. Esperava que conseguissem, no ano de 2020, que a obra iniciasse, porque é importante. Existia a hipótese de ser executada pelo Município, mas em principio seria executada pela Administração Central.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Agradeceu ao público, referindo que a Assembleia Municipal estaria sempre disponível para os receber. Disse que era bom ver o público a participar naquelas sessões.

Mariana Rocha (CDU):

Referiu que tomou conhecimento que a Autoridade para a Segurança Alimentar fez uma visita à ilha da Berlenga, recentemente. Perguntou se foram detetadas algumas irregularidades, se foram quais e se estavam a ser tomadas diligências, no sentido de cumprir a legalidade das ilegalidades que possam ter sido encontradas.

António Moniz (GCEPP):

Referiu que, na ultima sessão da Assembleia Municipal, o senhor Deputado Licínio Pereira apresentou uma moção sobre o Complemento Solidário para Idosos, e nas outras bancadas, exceto a da Coligação Unitária Democrática, que a apoiou, houve algumas dúvidas e o senhor Deputado Henrique Estrelinha propôs uma reunião de lideres. Perguntou se o senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que se realizasse essa reunião, no sentido de: *“Em conjunto, olhar para o texto e encontrar um texto conjunto para, posteriormente, apresentar e enviar para onde se pretendia enviar.”* Disse que gostaria de saber qual foi o resultado da reunião de lideres, para que a moção tivesse seguimento.

Relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal, no artigo 66.º, n.º 2, aprovado em fevereiro de 2018, referia, e seguindo, também, a sugestão da senhora Deputada Célia Martins, em termos da transparência do nosso município, que a Assembleia Municipal deveria ter uma página na Internet, onde se arquivariam as imagens, a informação das próprias reuniões, os documentos que fazem parte das reuniões, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem dito que o assunto estava a ser tratado, mas tem havido várias situações, não muito claras, pelo que gostaria de saber qual era o ponto da situação, relativamente à situação da página da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que:

Em relação à reunião de lideres, não foi possível a sua realização por constrangimentos dos lideres. Existem alguns que concordavam e outros não, mas teriam que a fazer.

Em relação à internet, ainda não tinha informação, mas sabia que os serviços informáticos estavam a trabalhar no assunto. Deu conta que têm havido alguns problemas, porque têm estado a fazer atualizações, e foi-lhe dito que teriam que aguardam.

António Moniz (GCEPP):

Perguntou quais eram as iniciativas que a mesa da Assembleia Municipal iria tomar.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Informou que tem falado com os responsáveis, mas têm existem algumas impossibilidades, porque para além de trabalharem com a Autarquia, também, tratam de colocar os equipamentos nas escolas, e não há trabalhadores suficientes.

Disse que os documentos estavam alojados e guardados na página da Assembleia Municipal, onde estão localizadas as atas, não têm, de facto, aquilo que foi proposto no regimento.

António Moniz (GCEPP):

Disse que este iria ser um problema, porque um dos indicadores centrais do índice Municipal, continuando a estar numa situação muito má se aquele problema não for resolvido. Referiu que, obviamente, esta não seria uma questão que o senhor Presidente da Assembleia Municipal iria conseguir resolver, mas apresentou o assunto, para que fique em ata, para se perceber que é um pouco insistente e chato nesta matéria e não se iria calar, nas próximas reuniões, enquanto isto não estiver resolvido.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que a mesa iria tentar que até à próxima reunião se consiga resolver aquelas duas questões. Referiu que uma delas seria de fácil resolução, bastava encontrar os líderes. Deu conta tiveram uma reunião em junho, alguns estavam de férias nos meses de junho e julho, entrou o mês de agosto e foi impossível. Referiu que já falou com o senhor Deputado Licínio Pereira, portanto, vão tentar reunir para resolver a situação.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

A última vez que a ASAE esteve na Berlenga, foi em 2009, e mencionou várias coisas. Para quem não tinha conhecimento, informou que a Berlenga tem duas cisternas a funcionar, a do Castelinho e a do Restaurante, e a ASEA disse que teria que se implementar dois sistemas de controlo da qualidade da água e do controlo do cloro. Deu conta que o Município adquiriu um sistema. Referiu que quando soube da situação, no princípio deste ano, imediatamente, deu orientação para recuperar o sistema do restaurante, que estava danificado, e comprar um, no sentido de serem tomadas medidas para colocar, também, um sistema na cisterna do Castelinho, e foi feito. Entretanto, a ASAE foi à Berlenga e fez análises, como lhe competia. Informou que, na reunião que teve com o senhor Inspetor, solicitou para fossem mais vezes para ficarem mais tranquilos, porque o sistema de água da Berlenga era muito complicado. Disse, ainda, que, no ano passado, a primeira vez que foi à Ilha da Berlenga, com quase todos os técnicos, ficou escandalizado, nomeadamente com o sistema de água, com a necessidade de substituir a maior parte dos depósitos de água e, na altura, não substituíram mais, contra a sua vontade, bem como outras intervenções. Indicou que foram feitas análises em julho, que não estavam boas, mas que se foi corrigindo e foi conseguido, porque estiveram à espera de bombas de água, que não existiam em Portugal, e foi aplicado, quando foi efetuada a segunda avaliação, a maior parte das análises estavam boas, mas havia um índice que não estava bem. Referiu que no dia que foram avisados, numa sexta-feira, a ASAE decidiu que o Restaurante não poderia estar a funcionar com aquela água, e a orientação que deu foi para se contactar os técnicos da ASAE, que estavam na Berlenga, e solicitar uma reunião, quando chegassem a terra ou quando eles quisessem. Informou que falaram com um Inspetor, que era o chefe, foi-lhe solicitado que explicasse toda a situação. Foi-lhe dito que o Município estava a fazer grandes investimentos, desde o ano passado, que era um esforço suplementar, nomeadamente, em termos de viagens, têm que estar lá equipas permanentemente, tirando os dois meses de maior intensidade, em que não podiam estar lá a trabalhar, com intervenções de várias ordens, com a

preocupação acrescida na água, no lixo, com o saneamento que, também, tem alguns problemas, com a resolução do problema de eletricidade, que felizmente iriam ter painéis solares, a partir do próximo ano, que vão ser instalados a partir do mês de outubro, um trabalho árduo durante, cerca, de um ano, mas que deu os seus frutos com o parceiro EDP. Deu conta que o senhor Inspetor, que tinha estado no local bastante tempo, e já lá tinha estado na primeira vez, percebeu as diferenças e reconheceu o empenho e o investimento do Município, e já sabia da questão da eletricidade, reuniram, pacificamente, estavam, também, dois técnicos, e foi-lhe solicitado que permitissem a abertura do Restaurante sem utilização de água, da mesma forma que aconteceu em 2009, com o compromisso de serem tomar as medidas necessárias na semana seguinte, ou seja, a empresa voltar à ilha para fazer as análises, no sentido de se verificar o que era preciso corrigir. Referiu que, na sua opinião, tudo o que não fosse novo ou que não tenha sido, recentemente, substituído, teria que ser substituído, nomeadamente, dentro do restaurante. Disse, ainda, que se tratou de um susto, despropositado, mas que confirmava o que já tinha, em termos de leitura, que sendo o Baleal importante, bem como outros espaços no concelho, a ilha da Berlenga é demasiado sensível, e sendo uma grande responsabilidade municipal, teriam que ter cuidados acrescidos. Informou que, neste momento, estão a ser intervencionadas as casas de banho, iriam avaliar a situação da construção de um acesso, por trás do bairro, provavelmente em estrutura de madeira para não haver muita complicação, para aceder ao espaço dos painéis fotovoltaicos, os geradores existentes vão ser todos substituídos, ficando um gerador mais pequeno. Na altura, solicitou que fossem colocados placares colantes que informasse que a água das torneiras era imprópria para consumo, mesmo que as análises estivessem boas, porque era um risco.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Na última Assembleia Municipal deu conta das reuniões que tinham havido, enquanto membros da Comissão Intermunicipal de Saúde, porque faz parte das suas obrigações, enquanto membros da Assembleia Intermunicipal, dar conta daquilo que fazem naquele órgão. Referiu que, naquele contexto, ele próprio esteve presente, também o senhor José António Amador e o senhor Carlos Policarpo, e noutra fórum com as outras Assembleias Municipais de Torres e de Caldas da Rainha, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em várias reuniões com os Conselhos de Administração dos Hospitais, dos ACES e, também, com a senhora Ministra da Saúde, em duas reuniões, nas quais deram conta da necessidade de avanços concretos para a construção de um novo Hospital, sabendo que o prazo para que se concretizasse nunca seria curto, mas em simultâneo, e foi uma das coisas que fez questão de frisar na segunda reunião que tiveram com a senhora Ministra da Saúde, no investimento nas instalações dos atuais hospitais e, em concreto, no Hospital de Peniche, porque a senhora Ministra deu conta que estava em curso um investimento em Caldas da Rainha, que iria ser feito um em Torres Vedras, mas as urgências de Peniche que estiveram, em duas ocasiões, periclitantes e que se conseguiram manter, precisam de investimento, porque o serviço que é prestado à população têm-se degradado notoriamente e, portanto, a senhora Ministra reconheceu isso, o senhor Secretário de Estado também, todos reconhecem que no conjunto dos três Hospitais, é o pior do país. Disse, ainda, que se teria que arranjar uma solução, mas não podia ser só esperar por um Hospital novo, é preciso investimento e é preciso, também, que a Autarquia o reivindique, concretamente em relação ao Hospital de Peniche. Deu

conta de que também o fizeram naquelas reuniões. Posteriormente, houve a constituição do grupo que foi, aliás, uma das reivindicações que fizeram naquelas reuniões, foi que a Oestecim fosse envolvida no grupo de trabalho para estudar o futuro Hospital e começar a estruturar um projeto, independentemente dos Governos, independentemente da localização, tinha que ser estudado que Hospital iria ser e insistiram muito para que a Oestecim fosse incluída no grupo de trabalho e felizmente viram que isso iria acontecer.

Relativamente a um assunto que referiu o ano passado, que tem que ver com a marca que o anterior executivo criou para Peniche, a marca "*Capital da Onda*". Disse que era insuspeito na defesa do anterior Executivo, mas uma das poucas coisas que fez bem foi, de facto, a criação daquela marca, independentemente de ser a melhor ou não, e na altura referiu com alguma surpresa que a marca não constava no cartaz do Campeonato de Surf. Posteriormente à sua intervenção, foi colocado um outdoor, bastante agradável, à entrada de Peniche, mas não bastava isso para manter uma marca, ou seja, para manter uma marca, para as pessoas saberem que Peniche queria ser a Capital da Onda, teria que ser visível ao longo do ano, não era na semana do Campeonato. Como exemplo referiu que a Câmara mandou fazer milhares de mapas de Peniche e no mesmo não está aquela marca, que é suposto definir Peniche, portanto, se querem ser a Capital, então teriam que o assumi-lo naquilo que publicavam, não era ter o logotipo pequenino a um canto, era assumi-lo, ou então não queriam, mas isso teria que ser dito. A resposta dada, pelo senhor Presidente da Câmara, no ano passado, foi que queriam e que era indiscutível, mas não estava a ser visível.

Em relação aos regulamentos, o senhor Presidente já o referiu hoje e estava, também, referido na ata da última Assembleia, que estavam vários regulamentos prontos para ir à reunião de Câmara, já passaram dois meses, não foi nenhum. Posteriormente, foi dito na reunião de Câmara que, na verdade, não estava nenhum pronto, mas mais do que levar algum, era importante que os que levassem para aprovar, fossem para aplicar, e era importante que a prestação de serviços, que tem em vista a aprovação dos regulamentos, também, tenha algum resultado.

Retomando o assunto que o senhor Deputado Tiago Gonçalves levantou há pouco, também acha muito preocupante que não haja um vínculo jurídico, claro, entre a equipa que está a fazer a revisão do PDM e a Câmara Municipal, teria que haver algum vínculo, não poderiam estar num limbo de incertezas, tinha que haver um vínculo, tinha que haver objetivos e tinha que haver exigências, e o senhor Presidente disse, há pouco, que cada um assumiria as suas responsabilidades na votação do PDM, mas o principal objetivo, do senhor Presidente, neste assunto, deveria ser encontrar um consenso, porque aquele teria que ser um documento de consenso e o senhor professor Jorge Carvalho, como todos sabiam, não era muito dado a consensos, portanto, quem teria que os impor era o senhor Presidente, uma vez que os tem encontrado e se ainda por cima não existe um vínculo com o senhor professor Jorge Carvalho, mais difícil ficaria para que houvessem consensos, e não colocava em causa a equipa que está a fazer o PDM, eles têm feito um trabalho, têm ideias, com as quais não concordava, as circulares eram uma delas, algumas delas pareciam completamente abstrusas, totalmente incríveis, que alguém sequer se lembrasse daquilo, mas não poderiam, agora, desperdiçar o trabalho que foi feito, mas também não poderiam estar a deixar passar tempo, porque se têm até julho, teriam que garantir que têm os consensos até julho, ou seja, teria que ser visto já para que não percam os apoios comunitários.

Deu nota, à senhora Deputada Mariana Rocha, que teria que ver bem o site do Conselho Económico e Social, porque não consta que no acordo de 2011, estivesse a CGTP.

Maria Madalena Rosa (PSD):

Disse que:

No âmbito da aprovação, por unanimidade, da proposta do Partido Social Democrata sobre a adesão do Município ao programa "*Autarquia sem Glifosatos e Herbicidas*", gostaria de saber quais foram as alternativas que a Autarquia encontrou ao uso daqueles produtos, não só na cidade de Peniche, mas também no concelho, qual o valor que aquelas alternativas iriam custar e qual foi o valor do investimento.

Sobre a questão das vespas asiáticas, tema, também, já abordado, o facto de terem sido detetados alguns ninhos de vespas na nossa região, perguntou se, por parte da Autarquia, tinha havido alguma monitorização no nosso concelho.

Congratulava o município pela recriação do Festival Sabores do Mar. Referiu que quando tentaram recriar, qual foi o principal objetivo, se esse objetivo foi atingido, qual foi o impacto económico e qual foi o investimento realizado.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Iria colocar questões, já colocadas nas últimas Assembleias e que não tiveram qualquer resposta ou não tiveram a resposta que fosse suficiente e que estão em aberto e necessitam de alguma resposta, nomeadamente:

Soluções para a recolha de óleo alimentar, porque continua a ser um problema ambiental e ainda não eram visíveis, pelo menos na Freguesia de Ferrel.

Sobre o Waveroller, disse que foi noticiado um consorcio de dez milhões de euros na praia das Azenhas ou praia dos Peixes, em Ferrel. Referiu que esta semana foram levantar lixo, porque tinham estado a fazer uma limpeza de praia no fim de semana, um movimento, curiosamente com o anterior Presidente de Câmara, e estiveram a falar, foram levantar o lixo, a Junta de Freguesia de Ferrel é que tinham que ir abrir uma levada, porque era ali que a água ia parar e quando há muitas chuvas o nível da água sobe naquele canto, onde estava a Fábrica, e enche a batata de água, e não poderia acontecer, e, segundo o que foi noticiado, há um consorcio de dez milhões de euros, e, pelo menos, a Junta de Freguesia não recebia um cêntimo e deveria receber, portanto, pretendia que o Município aprofundasse a questão.

Relativamente à Lusitânia Gás, tem um terreno de utilidade pública, é uma empresa privada, colocou gás canalizado em meia dúzia de grandes empresas e tinha que o colocar no concelho, porque senão não poderia ter um terreno de utilidade pública. Referiu que o gás canalizado não lhes dava grande jeito, porque é do mesmo grupo, e no gás de garrafa tinham mais lucro. A empresa teria que começar a espalhar a rede de gás canalizado e, na sua opinião, o Município deveria tomar uma posição.

Relativamente aos asfaltamentos, já foram feitos alguns em Peniche. Solicitou que lhe fosse indicado se existia uma data para os mesmos iniciarem e onde.

Sobre a época balnear, esteve com nadadores salvadores que lhe transmitiram que haviam pessoas, nomeadamente idosos, que souberam que ia acabar a Época Balnear e lhes disseram que já não poderiam ir para a praia, porque quando os nadadores salvadores chegavam, às dez horas da manhã, afastavam a confusão das Escolas de Surf e eles conseguiam tomar banho, a partir de agora a "epidemia" deixava de ter controlo

porque os nadadores salvadores já não estavam na praia e iam deixar de tomar banho. Referiu que não estava a mandar ninguém pagar, nem ninguém fazer, estava a dizer que a época banhar deveria ser alargada. Deu conta que existem Municípios que contratam, eles próprios, nadadores salvadores.

Falou, em Assembleia Municipal anteriores, da Câmara Municipal de Rio Maior que encontrou uma solução para os cabos na via urbana, a confusão de cabos que se vê de várias comunicações. Referiu que não encontrando uma solução, na sua opinião, era importante as Juntas de Freguesia, por exemplo, juntarem-se com alguém da Câmara, para se fazer um relatório e enviá-lo para a ANACOM, no sentido de os obrigar a ter algum cuidado, pelo menos, naquela que não é utilizada, porque existe um conjunto de cabos, uns a cair, outros perto das pessoas em zonas pedonais, coisas aberrantes que se veem, e muitos não estão a ser utilizados.

Tinha, também, para colocar a questão que a senhora Deputada Madalena Rosa colocou, das Autarquias sem Glifosato. Referiu que, na altura, disse ao senhor Presidente que com dez mil euros, pelo menos iniciava o equipamento nas Juntas de Freguesia, à imagem até do equipamento que a Junta de Peniche já adquiriu. Deu conta que esta semana viu trabalhadores da Câmara Municipal, na Freguesia de Ferrel, a utilizar equipamentos daquele tipo e com dez mil euros, equitativamente ou da maneira que quisessem, distribuíam pelo menos os primeiros pelas Juntas e a partir daí, logo se faria.

Relativamente ao PDM, perguntou se já tinha sido renovado o contrato ao senhor professor Jorge Carvalho, porque lhe tinham dito que acabava em setembro. Referiu que não sabia ao certo, porque nunca teve um trabalho daquela dimensão, mas face ao que está feito e face ao número de técnicos que trabalham no concelho de Peniche, há muitos anos, era uma questão de perguntar a alguns deles, se ainda se iria a tempo de os juntar a todos e, talvez, com o que já está feito, fizessem uma proposta bem melhor que a do senhor professor Jorge Carvalho. Disse que na reunião que tiveram com a Câmara, com a equipa do PDM, com o Executivo e com a Assembleia de Freguesia, falaram de várias questões, antes das reuniões públicas, e na semana seguinte a Junta de Freguesia de Ferrel compilou aquilo a que chamaram "Onze Propostas", apenas proposta de ajuste, e foi no âmbito das propostas que foram dadas em reunião. Referiu que, talvez, não o devessem ter feito, deveriam ter dito como era, porque, entretanto, esse assunto foi falado, desconhecendo por quem, mas sabia que tinha sido falado no edifício da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, que a Junta falava assim, mas mandou onze propostas. Deu conta que a posição da Junta de Freguesia de Ferrel mudou, e muito, porque, entretanto, o município com algum esforço ou com alguma resistência, acabou por lhes ceder a proposta de Regulamento do PDM e, tendo conhecimento do regulamento, aquilo era uma desgraça para Ferrel e, portanto, eram taxativamente contra a atual proposta ou àquela que têm conhecimento, pelo que vão tomar, por escrito, uma posição. Relativamente a pormenores, na sua opinião, não deveria fazê-lo ali. Referiu que quando houvesse a reunião da comissão, esperando que fosse para breve, faria todas as considerações sobre o PDM.

Perguntou se seria este ano que a iluminação de Natal iria chegar às freguesias. Referiu que este Executivo tem feito mais pelo Natal, não se faziam milagres, mas na verdade têm feito muito, porque o trabalho tem vindo a melhorar e isso era de referir, mas o Município, desde o início do mandato, disse que pretendia colocar iluminação nas freguesias, o que achava bem, pelo que gostaria de saber se tinham pensado no assunto, para este ano.

Sobre a derrama, segundo se apercebeu, a Câmara contava receber duzentos e sessenta mil euros. Referiu que a Bancada do Partido Socialista solicita, à Câmara Municipal ou à Mesa da Assembleia Municipal, que lhes fizessem chegar o relatório de Derrama, que é recebido pela Câmara, ou seja, de onde vinha o dinheiro, quem é que pagava, para perceberem de onde é que ele vinha, uma vez que a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador. Ainda, relativamente à Derrama, continuava a dizer que deveria haver, da parte do senhor Presidente, uma proposta em que uma parte da Derrama fosse, também, para as Juntas de Freguesia, porque as empresas quando têm problemas, pelo menos na sua, batem muito à porta, por terem a porta à mão de semear e a da Câmara ser um pouco longe.

Sobre os pescadores do Baleal, estiveram na Assembleia Municipal, na sessão de 22 de fevereiro, várias vezes falaram sobre o assunto para que fosse resolvido ou, pelo menos, para a Câmara fazer alguma intervenção sobre o assunto, e ficou um pouco espantado, porque a Associação de Armadores, e bem, não colocava em causa de maneira nenhuma a Associação de Armadores, no dia 28 de agosto fez um email à Câmara e imediatamente, no dia 2 de setembro, a Câmara leva o assunto à reunião de Câmara para tomar uma posição ou falar com a Capitania. Na sua opinião, achava muito bem, a Associação de Armadores deve lutar e neste caso até estava do lado deles, mas ele próprio já tinha falado no assunto, e gostaria de perceber se a palavra do senhor Presidente de Junta valia menos que a de qualquer outro, porque achava que não valia mais, mas valia tanto como a dos outros.

Deu conta que quem disse que o senhor Arquiteto David Gonçalves era o preferido, foi o senhor Presidente da Câmara e o que ele próprio disse foi que ele era muito bom.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Perguntou à Assembleia se estavam em condições de continuar, para depois terem uma Ordem do Dia com sete pontos ou se queriam que o senhor Presidente de Câmara responda às questões que lhe foram colocadas e marcariam a continuação desta reunião para outro dia.

Jorge Amador (CDU):

Disse que só o senhor Presidente de Junta de Ferrel colocou onze questões, mas que o problema não era esse. Há uma matéria que tem que ser discutida e tem que haver uma pronúncia até 30 de setembro, achou que não fazia sentido nenhum, estarem a prolongar o período de Antes da Ordem do Dia e não discutir aquilo que é essencial e que têm a ver com as competências das freguesias. Apesar de tudo, achou que havia questões que podiam ser informadas pelo senhor Presidente, por escrito e resolvia o problema, e dessa forma, ganhavam tempo. Disse que tinham uma hora ou hora e meia, para discutir o assunto.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que nas últimas reuniões tem referido que as questões das Juntas de Freguesia deveriam ser discutidas com o Executivo Camarário e não numa sessão da Assembleia Municipal. Em todas as reuniões da Assembleia Municipal, no ponto de antes da ordem do dia, e não tinha nada contra, os Presidentes de Junta colocavam aquele tipo de questões. Referiu que achava que não existiam reuniões com o Executivo e as Juntas de Freguesia, uma vez que as mesmas eram colocadas constantemente ali, naquele tipo

de situações, o que incomodava um pouco. Disse, ainda, que a mesa não podia, nem devia interromper situações que são pertinentes para os assuntos de antes da ordem do dia, uma vez que as pessoas têm direito a obter resposta. Disse que só estava a colocar a questão, se entendessem que o senhor Presidente da Câmara responda, o senhor Presidente, por muito sucinto que seja, não conseguia responder em menos de meia-hora, às questões que colocaram e se entenderem que poderia respondê-las por escrito e passariam ao ponto da seguinte, a ordem do dia, até porque existem pontos que poderiam ser rápidos, mas de extrema importância.

Ademar Vala Marques (PSD):

Disse que para além de discordar do senhor Presidente de Mesa, relativamente às questões da Junta de Freguesia, apelavam ao poder de síntese do senhor Presidente. Caso entendesse responder alguma coisa por escrito era quem deveria decidir isso. Referiu que, na sua opinião, deveriam tentar despachar a Ordem do Dia, hoje.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que iria falar pelo Partido Socialista. Concordou com o senhor Deputado Ademar Marques, achou que o senhor Presidente entendia aquilo que deveria ou não, responder hoje e o que deveria responder por escrito. Quis certificar que todas aquelas questões não poderiam ir para as reuniões que tem com o Presidente, porque se foram onze pontos, às vezes levavam cento e dez para uma reunião e eles não ficavam lá todos. Se trouxessem tudo para aqui, tinha que ser só uma Assembleia para cada Junta, portanto, têm reuniões e leva-se de lá muita coisa, só que estes assuntos não davam para levar, porque já apresentam muita coisa nas reuniões que têm.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que estava disponível para reunir às seis horas da manhã, uma vez por semana, com cada um dos presidentes de Junta, se quisessem.

Jorge Amador (CDU):

Disse ao senhor Presidente da Câmara que foi quem sugeriu as reuniões às seis horas da manhã.

Vasco Serpa (GCEPP):

Afirmou que o senhor Presidente poderá esclarecer o senhor Presidente de Junta por escrito e passavam à frente.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que falaram com a Entidade Reguladora da Saúde em tempo oportuno, falaram com a senhor Ministra. Entendeu que assim que passem as eleições, é um dos dossiers que vão reforçar o memorando que apresentaram na altura, pelo menos, muito extensa à Entidade Reguladora da Saúde e à senhora Ministra com quem falou pessoalmente e também fizeram um documento.

Recordou que há um protocolo que foi assinado entre a Entidade Reguladora da Saúde e a Comunidade Intermunicipal do Oeste, por causa do novo Hospital.

Concordou em pleno com a questão que o senhor Deputado Ademar Marques colocou em relação a "*Peniche, Capital da Onda*" e achou que provavelmente estavam a descuidarem-se e tinham que reafirmar e agradecer.

Disse que há um regulamento que supôs que estava em discussão pública, que é o Regulamento dos horários dos estabelecimentos do Município e já foi a reunião de Câmara.

Disse que o professor Jorge Carvalho defendia as suas posições e isso já foi dito por si, talvez pelos senhores Vereadores que intervêm mais no Plano Diretor Municipal, mas que o professor respeitava as opiniões de quem decide e quem decidia eram os autarcas, se tinham as suas opiniões, tinham que as respeitar. Disse que o professor era muito persistente, porque a Câmara também o é e não sabia qual era o problema, mas não tinha dúvidas nenhuma de que o Professor Jorge Carvalho é uma pessoa competente. Em relação às sugestões que foram feitas pelos técnicos da Câmara, do município e de outros que andam por aí e alguns a fazer muita pressão, que tem muito a ver com os muitos interesses, nomeadamente na zona do Baleal e tinham que os respeitar, mas também definir o que querem.

Relativamente aos glifosatos disse que gostava muito de ter mais tempo, mas não conseguia. Disse que vão ver os valores, afirmou que os glifosatos já não estavam a ser aplicados inclusive quando foi tomada a decisão da Câmara. Os novos produtos, considerados biológicos, são muito mais caros, afirmou que estava muito determinado em relação a essa situação. Vai tomar algumas medidas que até vão ser problemáticas e vai ser atacado pela oposição, mas há experiências que são eficientes e é isso que vai fazer.

Sobre as vespas asiáticas disse que todos os ninhos que foram detetados, e não foram muitos, pode arriscar dois ou três e houve a devida intervenção e resolveram rapidamente e há, no fundo, uma preocupação da equipa de Sapadores que está no pinhal, do Comandante da Proteção Civil e outras pessoas que estão atentas em relação a isso, mas também não querem acrescentar uma preocupação desnecessária. É preciso atenção, é preciso perceber o que é e também há informação.

Disse que em relação aos Sabores do Mar havia claramente um objetivo e a sua equipa que está mais próximo de si sabe que nunca quis criar expectativas muito altas porque era um risco assumido, não podiam falhar, era preferível ter menos gente, porque apareceu muita gente, como aconteceu a si próprio que foi a Vila do Bispo, no seu período de férias ver, propositadamente, o Festival dos Percebes que falhou porque era muita gente e depois não havia um bom serviço. Disse que já foi referido anteriormente que se vão fazer as avaliações internas com os técnicos e com quem acompanhou e depois, na questão política, com as instituições e as empresas, já foi feito um inquérito. Afirmou que o Festival Sabores do Mar é uma ferramenta determinante para o desenvolvimento do concelho, mas agora, tinham que trazer mais pessoas, trazer mais restaurantes, tratar bem aqueles que colaboram connosco, que trabalham bem e alguns trabalharam muito bem. Disse que devíamos estar mais atentos nos produtos, na imagem, tentar poupar mais porque é um investimento grande e depois, darão conta disso e isso está prometido para perceberem todos qual o envolvimento financeiro. Disse que a estratégia do desenvolvimento do concelho de Peniche está ligada ao Turismo, mas não só. Afirmou que gostou muito dos Sabores do Mar, referiu que foi ao Festival todos os dias e que a sua mulher também gostou. O objetivo era o de perceber, para estar próximo para conhecer, para fazer uma análise crítica e tentar ouvir todos, porque o que ali está, politicamente agradeceu à Vereadora Ana Rita, politicamente responsável que teve uma grande equipa dentro da Câmara e depois, teve as entidades, as instituições que trabalham, mas houve muitos contributos que as pessoas se entusiasmaram e foi em crescendo. Disse que correu bem que é para continuar e que mais ninguém devia parar

os Sabores do Mar nos próximos anos. Achou que aquilo que se faz bem, deviam continuar a fazê-lo.

Disse que falou na questão do óleo alimentar e sugeria, sem prometer nada, às Juntas de Freguesia, sem exagero, porque às vezes havia o exagero e com algum critério de responsabilidade, ver o que é mesmo essencial. Disse que pelo menos um em cada sede de Freguesia era interessante e depois ver mais alguma coisa.

Em relação aos investimentos que o Presidente da Junta falou tinham que ver se, em relação ao WaveRoller, é uma questão de análise do consórcio e não sabia se era possível, agora, se puderem pressionar, pressionavam.

Sobre a Lusitânia Gás disse que a empresa vai distribuir o gás onde entender que há interesse comercial e é bom que haja fundamento, se pressionarem em termos de conseguirem contratar, tudo bem.

Relativamente aos asfaltamentos disse que em Peniche até parecia que estavam há muito tempo a fazer asfaltamentos. Havia uma prioridade, que era legítima, junto à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e aos Remédios e, ainda por cima, de vez em quando há azares na Fábrica que fornece, mas estava a andar, ainda vai estar ali algum tempo. Informou que não sabia para onde é que se vai a seguir. Soube que Ferrel é uma das vilas que têm, nalguns aspetos, grandes necessidades, mas também, na freguesia da Atouguia e mais alguns locais em Peniche. Disse que há dois procedimentos, um deles atrasou-se mais que era aquele que não é por administração direta, mas isso, também eram as dificuldades próprias do Serviço.

Sobre a questão dos nadadores salvadores informou o senhor Presidente de Junta de Ferrel que haverá muitas oportunidades para falar sobre isso. Acrescentou que há uma coisa que não pode deixar de dizer e que já disse aos concessionários, é defensor de alargar o período de permanência dos nadadores salvadores e ou outros meios de vigilância, mas o Presidente de Junta de Ferrel está, ultimamente, a debitar reivindicações financeiras de uma tal dimensão que, daqui a pouco parava a Câmara porque Não havia dinheiro para tudo a Câmara tem que aumentar as receitas, fazer todo um conjunto de procedimentos e as concessões também tinham que pagar. Até poderia ser a Câmara, aliás há concelhos em que isso era verdade e não era apenas aquele que o senhor Presidente de Junta de Ferrel referiu, havia outros, mas alguém teria de pagar e isso foi dito claramente.

Sobre a questão da Autoridade Nacional de Comunicações disse que também achava que era daqueles assuntos que se devia aprofundar. Confessou que, às vezes, não tem tempo, mas podia passar para o senhor Vereador Mark Ministro, que também tem essa área. Disse que ia ver o que se podia fazer porque também conhecia exemplos de outros concelhos.

Sobre a questão das máquinas disse que iam experimentar esta nova forma de cortar as ervas e eliminá-las. Não vão comprar máquinas a torto e a direito, até porque neste momento não tem dinheiro para grandes investimentos, porque depois, mais tarde e com tempo, falarão nos próximos dois anos da questão da exigência dos fundos comunitários.

Sobre o Plano Diretor Municipal disse que, em termos jurídicos, têm que avaliar, até porque foi suscitado aqui o procedimento que tem de fazer. Garantiu que a equipa não está a receber, mas também têm muito a ver com fases em que esteve a receber, e deveriam fazer esse reconhecimento à equipa, esteve a receber e não esteve a trabalhar muito porque não lhe davam trabalho. Acrescentou que retirar neste momento esta equipa, que não tem contrato nenhum pessoal nem com o professor Jorge Carvalho nem

com o Engenheiro Gil, era desconcertante e uma forma de destabilizar completamente o processo.

Sobre a iluminação de Natal, disse que a verdade é que não faziam milagres. Disse que a Freguesia da Atouguia faz a iluminação, a Freguesia da Serra faz a iluminação e até a Freguesia de Peniche também fazia alguma iluminação. Disse que vão ter que falar nos dinheiros e que reivindicar só por reivindicar, quando o município tiver os problemas estruturais e os investimentos feitos, porque não tem que fazer uma visita guiada a aquilo que são algumas tristezas que o município tem para perceberem, já o deviam ter feito e o erro foi seu.

Em relação à derrama, solicitou à senhora Vereadora Rita e aos Serviços para fazerem a informação.

Sobre os pescadores do Baleal, disse que havia um equívoco, não era desrespeito, às vezes parecia que havia sempre aqui o propósito de desrespeitar alguém. Disse que se falou, houve uma pressão, os pescadores foram falar com a Associação e bem, talvez devesse ter sido o primeiro passo que deviam ter feito para os representar. Também soube o que foi falado com o senhor Secretário de Estado, soube o que foi pedido e confessou que nem tinha percebido que tinha ido a reunião de Câmara e que era, no fundo, fazer uma carta com a posição do Município a dizer que sim e que aquilo é uma questão histórica que se deve defender.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Acreditou que talvez o senhor Presidente não soubesse, mas a reivindicação que se fazia da iluminação de Natal foi porque no início do mandato, quando houve a reunião com os estabelecimentos, em que a Junta veio e onde defenderam a Câmara, porque era uma boa iniciativa e continuou a defender relativamente a isso, foi dito pela Câmara, não se recordava se foi pela senhora Vereadora ou se foi a senhora Adjunta, que tinham a intenção de chegar às freguesias e era só isso que estava a perguntar, não estava a fazer um bicho de sete cabeças e recordou que a freguesia de Ferrel também faz a iluminação de Natal, tendo investido mais de dois mil euros desde o início do mandato e não tinha dinheiro para mais.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL PARA A FREGUESIA DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Maria João Avelar (PSD):

Disse que se estava a aguardar por este assunto e não fez intervenções antes para poupar tempo para falar sobre este assunto, porque quando se falou das transferências de responsabilidades da Administração Central para os Municípios, achava que são pontos muito relevantes e, apesar de a hora ser muito tardia, disse que o enquadramento desta questão, tem de ser feito com muito cuidado e pediu esse cuidado ao senhor Presidente da Assembleia e também ao senhor Presidente da Câmara. Disse que se estava a tratar de matéria que influencia muito a vida de quem vive nestes territórios e isso é matéria muito séria e, portanto, não admitia que fizessem uma votação sem uma discussão séria deste assunto e, portanto, é com todo o pormenor necessário para se tomar uma posição sobre esta matéria. Com este envolvimento, porque achou que é uma questão séria e tem que ser explicada e apesar dos documentos que foram distribuídos, apesar de todo o conhecimento que possam ter sobre esse assunto, se estava a falar não só para os membros da Assembleia, que conhecem os documentos, mas que tinham a obrigação de falar desta matéria de forma clara e perceptível por toda a população, por todos os cidadãos, porque era uma matéria que intervém com as nossas vidas e, portanto, nestas como noutras, as coisas têm que ser bem explicadas e mais uma vez, estava a transparência em causa porque estas matérias depois de transpostas para as atas, porque as pessoas que leem as atas do que é aqui decidido e analisado ficam muito estupefactas porque acham que não se está a fazer nada, não há informação completa e, portanto, é neste sentido que achou que nestas matérias, concretamente nas matérias que foram trazidas hoje, nos pontos da Ordem do Dia, achava que esta explicação tem que ser cuidada e diria até que valia a pena fazer uma intervenção técnica, explicando qual é a matéria, mas não tem sido programado assim, a Assembleia. Pediu ao Presidente da Assembleia Municipal e ao senhor Presidente da Câmara, que faça uma explicação clara para que as pessoas que os estão a ouvir e para o público que está ainda presente, que possa perceber a responsabilidade do voto que vão a seguir realizar.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Em relação ao tema que estão a discutir, informou que quem decidiu sobre esta situação foi o Executivo de cada Junta e a Assembleia de cada Junta que levou à Câmara Municipal para a Câmara decidir sobre este assunto e a Câmara Municipal aceitou a proposta da Junta e considerou que este assunto estará mais do que discutido e em local próprio. A Assembleia Municipal só tinha, na sua opinião, em função da lei, que aceitar aquilo porque a lei diz que podem aceitar obrigatoriamente em 2021, ninguém podia obrigar ninguém em 2019 ou em 2018, ou em 2020, aceitar até porque tinha situações que até são diferentes da Junta que não aceitaram em 2019 e querem aceitar em 2020. Afirmou que considera que estas questões, na sua opinião, foram bem discutidas nas Juntas de Freguesia, razão pela qual, as levaram ao Executivo Camarário e à Câmara Municipal. Disse que o senhor Presidente quis responder em bloco às situações todas, mas vão votar para cada situação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que se está a falar de um Decreto Lei, na sequência da nova lei das autarquias, que é claro relativamente à possibilidade de transferências de competências dos municípios para as freguesias. Houve um período de pronúncia, curiosamente nas freguesias, depois reclamaram e ganharam, o Governo percebeu que tinham razão em

que as freguesias tinham que se pronunciar até 30 de junho e os municípios tinham de se pronunciar até 30 de setembro e em muitos casos, houve Juntas de Freguesia que não o fizeram porque são mais pequenas, tem mais dificuldades de funcionamento, as pessoas também não têm tanta informação e não sabiam como fazer, portanto, houve aqui uma abertura da parte do Governo para a pronúncia ser tanto para as freguesias, como para os municípios, até 30 de setembro, que achou que foi justo e acertado. No caso em apreço, e vai falar no caso da Serra d'El-Rei, os órgãos da freguesia, entenda-se Junta e Assembleia, pronunciaram-se por unanimidade no sentido de não aceitar competências em 2019 e aceitar em 2020. E não aceitaram porque, tinham o exemplo mais concreto, a Assembleia está a discutir hoje, na pior das hipóteses tomará uma decisão no dia 30, segunda-feira e segue-se um período de sessenta dias para uma eventual negociação e chegar a bom termo e depois disso, a proposta tem que ir à Junta, tem que ir à Assembleia, à Câmara e volta novamente à Assembleia Municipal, a proposta em concreto de descentralização. Disse que se olharem para o *timing*, estavam a falar no mês de dezembro, reunir a Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal e já se estaria no dia 25, é Natal e, por isso, entenderam que não fazia sentido aderir a estas competências em 2019, porque depois, na prática, tinham quinze dias, não mais do que isso, em termos de tempo útil para concretizar, portanto, pareceu-lhes uma proposta equilibrada, aceitar o 2020.

Relativamente às competências disse que também não valeria a pena estarem muito alarmados porque das competências que estão previstas, a maior parte delas, já as executam. Disse que o mais complicado são as questões do licenciamento, das queimas e das queimadas, mas também aqui, podem ser encontrados, agora nesta fase negocial as soluções que cada município e freguesia assim entenda. Sobre as queimas achou que as Juntas não tinham problema nenhum em fazer esse registo. Disse que no caso da Serra d'El-Rei era muito mais fácil a pessoa deslocar-se à Junta de Freguesia do que vir a Peniche, mas convinha lembrar que existe um sistema que funciona, onde as pessoas podiam fazer esse tipo de requisição, serviço, que tem que ter acompanhamento, como se sabia, dos Bombeiros. Disse que nas queimadas seria mais complicado, porque nas queimadas exige-se Proteção Civil, Bombeiros, exige a equipa toda, portanto, aqui, apesar de tudo, existe uma diferença e depois cada um tem que se entender, entre as freguesias e as Câmaras, relativamente a isso.

Disse que a questão dos licenciamentos era, sem dúvida nenhuma, uma questão com alguma complexidade e referiu que no caso da Serra d'El-Rei não era porque a dimensão é diferente por exemplo, de Peniche porque tinha uma cidade inteira, ou da Atouguia da Baleia que é uma freguesia com muito lugares, mas tinham que aplicar estas novas competências no quadro dos regulamentos que estão em vigor no município, portanto, qualquer intervenção da nossa parte tem que ter em conta os regulamentos existentes e em vigor, portanto, até aí, também não via qualquer dificuldade. Disse que a questão se podia colocar em alguma fiscalização que seja necessária e aqui, tinha que ficar claro também qual é o papel da freguesia e qual é o papel do município e a interajuda, mas isso não era nada que aconteça hoje aos mais diversos níveis.

Relativamente às competências a transferir, disse que a questão que estava em cima da mesa era até onde é que o Município e a freguesia aceitam ir, ponto um, ponto dois, o que isso significa em termos de envelope financeiro, que é sempre a questão mais importante. Disse que era bom lembrar que, referindo que depois na discussão vão ver isso, quando tiverem oportunidade e achou que qualquer Câmara valoriza aquilo que as Juntas de Freguesia faziam, por um lado, pela sua proximidade, por outro lado, quantas

coisas são resolvidas que nem passavam pela Câmara, dando o exemplo dos monos, os monstros, na zona rural, apanhavam todos e colocavam só num sítio e quem vai buscá-los, vai buscá-los ali. Disse que estava a falar do seu caso e que outro colegas devem fazer o mesmo também e não estava a ensinar nada a ninguém, portanto, cada um fazia o melhor. Disse que estavam a falar dos herbicidas e na queima ou não, das ervas, quem faz a limpeza total na zona rural, eram as freguesias em todas as ruas, em todas as avenidas, nos becos, nas travessas, em todo o lado. Perguntou se já repararam nos custos e nos meios que tinha para a Câmara Municipal, só em termos de pessoal, na manutenção das escolas. Disse que ainda era do tempo em que as pessoas iam à Serra d'El-Rei e para pôr uma fechadura, ia um motorista da carpintaria, mais o carpinteiro ver qual era a fechadura, voltavam para Peniche e iam para a Serra d'El-Rei outra vez para pôr a fechadura e era a mesma coisa com os vidros. Disse que havia uma questão de escala, de redução de custos que é preciso pesar nesta negociação, portanto, havia aqui um mundo. Disse que falava pela Junta da Serra d'El-Rei, pela freguesia da Serra d'El-Rei, em particular, e não iam para esta negociação com nenhuma atitude de impor nada até porque, como sabiam, a Assembleia Municipal tinha que se pronunciar até dia 30, sim ou não, era evidente, e depois, a partir do dia 1 de janeiro de 2021, isto era de lei. Pediu para que não se esquecessem de um pormenor, porque mesmo para 2021, a Assembleia Municipal tem que se pronunciar até 30 de junho, tem que haver acordo, portanto, a questão aqui será se vão encontrar uma solução que possa ser essa tal solução que preconizavam, no nosso caso, em 2020 e julgou que Ferrel tem essa perspetiva. Disse que sem dúvida nenhuma, o mais importante para nós era a declaração de princípio da Assembleia Municipal hoje, relativamente ao processo a iniciar, seguindo-se a negociação e a Assembleia pronunciar-se-á depois sobre a negociação, se chegou a bom termo, se não chegou a bom termo e qual era a proposta a em concreto, seja de competências, seja de envelope financeiro.

Aproveitou para informar a Assembleia que tinha também a facilidade e a faculdade de pertencer à Comissão de Acompanhamento que foi criada, portanto, qualquer dúvida, estavam à vontade.

Ademar Marques (PSD):

Quis só agradecer ao senhor Presidente da Junta, pela experiência que trazia da Associação Nacional de Freguesias, por os ter conseguido elucidar sobre alguns pontos. Não achou que o Decreto Lei seja claro, leu-o e achou que tinha ali uma série de “ses” que tornam a sua leitura bastante difícil e que se veria se a aplicação será fácil. Ficou só sem perceber em que situação ficava Ferrel e gostava de perceber, ou seja, se há uma obrigação de pronuncia até 30 de setembro, se em relação a Ferrel, tinham um documento para votar, em que situação ficava.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que Ferrel apresentou uma proposta de negociação, que está em negociação, estava a cumprir. Disse que não sabia o que a Câmara decidiu, mas Ferrel fez uma proposta, partiu do princípio que Ferrel fez uma proposta. Disse que Ferrel apresentou uma proposta à Câmara, mas não sabia qual era a solução.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que só havia uma solução a Assembleia tem de se pronunciar sobre se aceitam ou não a negociação e depois há um período de sessenta dias, no qual é analisada

a proposta de Ferrel e a da Serra, porque Peniche e a Atouguia da Baleia não aceitaram. Disse que só depois desses sessenta dias é que vai haver essa auscultação da Assembleia sobre a proposta em concerto. Disse que hoje só se tinham que se pronunciar se sim ou não.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que na Assembleia só estavam as propostas daquelas que já decidiram alguma coisa. Em relação a Ferrel, não tinha informação nenhuma porque Ferrel, por aquilo que se apercebeu, apresentou uma proposta para ser discutida na Câmara e o senhor Presidente de Câmara podia responder em relação a isso.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a lei previa que se não houvesse acordo está prevista que tenham mais tempo, a própria lei previa isso e era isso que vão fazer. Disse que Ferrel apresentou uma proposta, os Serviços Municipais tinham que quantificar o que está em jogo, os contratos que existem têm que ser avaliados, as áreas têm que ser avaliadas, cada delegação de competências que está prevista na lei, tinha de ser avaliada, tem que ter custos, até porque a lei tem um conjunto de princípios que tem de ser respeitados. Disse que previa, da Direção Geral das Autarquias Locais, uma orientação a dizer que será fechado o processo, quando chegarem a acordo ou a desacordo. Disse que propósito era chegarem a acordo e na altura em que houver uma decisão entre a Câmara e a Junta ou há acordo, ou não há acordo e tem que ir uma proposta a reunião de Câmara e por aí fora.

Maria João Avelar (PSD):

Disse que era por estas questões que fez a sua intervenção, era porque toda a gente percebeu que falta à Junta de Freguesia de Ferrel e toda a gente ficava com dúvidas sobre que se está a passar efetivamente, foi mesmo por isto que fez a sua intervenção e isso estava demonstrado. Agradeceu também ao senhor Presidente da Junta da Serra d'El-Rei por ter trazido esclarecimentos, mas até ao momento, foi a pessoa que fundamentou a sua posição que fundamentou a posição da Junta. Disse que até ao momento o que tinham bastante claro era a posição da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e o resto, para si, eram dúvidas.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que se puder falar sobre Ferrel, agradecia. Disse que estavam preparados desde novembro de 2017 para receber as competências que foi uma coisa que estudaram porque não fizeram um programa eleitoral igual ao dos anos anteriores nem igual ao de ninguém, referindo que no programa dizia quais eram as competências que queriam e se fossem vê-lo, estavam lá as competências que queriam. Fizeram um relatório não exaustivo, foi uma coisa em que se fez as contas por alto, acrescentando que não foram medir nada, mas apresentaram à Câmara, em 8 de novembro de 2017 e dizia: "*Delegação de Competências.*", e tinham uma proposta com alguma descrição, que se entendia como início deste processo, ou seja, no ofício dizia que: "*No que concerne à delegação de competências, temos ideias e projetos concretos que queremos desenvolver e que vamos explicar na proposta que enviamos ao Presidente.*", a 8 de novembro de 2017. Disse que a 27 de fevereiro de 2018, mandaram os primeiros relatórios de avaliação dos protocolos e no final dizia: "*Aguardamos pela discussão dos protocolos e esperamos que os presentes documentos sirvam de apoio à avaliação que a Câmara Municipal está a fazer.*", que, entretanto, tinham informado

disso. Disse que no dia 13 de julho de 2018, mandaram um novo ofício com o assunto: *"Protocolos e Delegação de Competências"*, a dizer que: *"Aguardávamos a elaboração/negociação/apreciação dos protocolos."* Disse que produziram algumas e concluíram com o seguinte: *"Até a esta negociação, estamos de pés e mãos atados, por isto, pedimos encarecidamente à Câmara, que possa dar encaminhamento breve à questão dos protocolos, porque nós já atingimos os nossos limites de liquidez, de capacidade financeira, capacidade de investimento e de pessoal."* A este ofício de 13 de julho, disse que o senhor Presidente respondia a 17 de agosto e era registada a entrada a 21 de agosto de 2018, receberam um ofício da Câmara que dizia que o senhor Presidente agradecia a informação e que não queria fazer considerações sobre algumas coisas que estavam produzidas, mas que não era de acordo com algumas e dizia: *"Sinceramente, gostaríamos de já ter encerrado a revisão dos contratos com as freguesias, mas como saberás, as dificuldades e exigências nestes primeiros nove meses de mandato tem sido muitas."* e concordou com isso. *"Assim que seja oportuno, iremos concluir o processo de revisão dos contratos de delegação de competências."*, que significava que já estava iniciado o processo de revisão, se iam concluir. Disse que no dia 12 de abril de 2018 enviaram dois ofícios, referindo que o número cento e catorze pedia mais um funcionário operacional e dois CEI e o número cento e onze solicitava a passagem de algumas competências: os abrigos rodoviários, painéis de fixação livre, guarda copos e sinalética informativa comercial, 12 de abril de 2019. Disse que no dia 21 de agosto de 2018, receberam uma resposta do senhor Presidente e, no dia 21 de agosto de 2019, mandaram uma proposta de negociação, não foi uma proposta de delegação de competências que além do que está descrito no ofício, reuniu-se com o seu Executivo, e não estava a dizer isto só por si, de ânimo leve, porque ficaram até um bocado desapontados com a Câmara, para ser sincero e foi esse o sentimento que tiveram. Disse que no ofício de 21 de agosto dizia assim: *"Aguardo assim, que façam esta avaliação e que sejamos chamados a tempo de a proposta ser deliberada em reunião de Câmara e submetida a aprovação da Assembleia Municipal de setembro, conforme os números 1 e 2, do artigo 5º da mesma lei."* Disse que quem chamou a atenção para este parágrafo na reunião extraordinária de Câmara foi o senhor Vereador Filipe Sales. Para além deste ofício de 21 de agosto, mandaram no dia 22 de agosto, às vinte para as três da tarde, um email para o senhor Presidente de Câmara, a informar que: *"aquilo tinha seguido por correio, mas para ganhar tempo, pensamos que se enquadra este envio para que fique já em seu poder. Estamos como sempre, disponíveis para reunir ou esclarecer o que for necessário. Foi isto tudo que fizeram desde o início do mandato, propostas de negociação. Também não fomos nem queremos ser intransigentes."* Disse que quando foram chamados à Câmara, e daí terem ficado desapontados, para a reunião extraordinária, entenderam que era para tentar clarificar algumas questões e chegar a acordo noutras, mas depois não saiu nenhuma decisão daquela reunião, pelo menos, vieram com aquilo que já tinham que era nada e com a ideia que era intenção do Município não dar nada porque desde o início do mandato, que havia este trabalho todo, referindo que o senhor Presidente tinha dito que era o melhor documento das quatro Juntas que tinha sido apresentado em 2017 e não havia uma resposta a nada. Disse que, com o tempo, e até a sua equipa, foi ficando desiludida e desacreditada, e achou que era um pouco normal. Disse que uma proposta de transferências de competências não podia vir para a Câmara sem ser votada em Assembleia de Freguesia, como fizeram os outros colegas e bem. Disse que iam votar porque tinham Assembleia de Freguesia no dia seguinte, convidando os presentes a irem lá, se quiserem. Disse que iam ter uma Assembleia de Freguesia e iam discutir o assunto e votá-lo, se for aprovada, seguiria para a Câmara e se não for aprovada será revista, mas

depois, como a lei prevê, a Câmara tem trinta dias para a proposta que vão mandar para votar, se ela passar na Câmara, tem trinta dias para vir à Assembleia Municipal. Quis que percebessem exatamente porque fizeram isto, porque fizeram uma reunião extraordinária da Junta, referindo que tinha a ata, na segunda-feira, porque era o dia limite para anexar documentos à Assembleia de Freguesia, e até sábado, de acordo como seu regimento, era o dia limite, e, portanto, estiveram à espera até segunda-feira, às dezanove horas, que foi quando aconteceu a reunião, que houvesse da parte da Câmara, alguma coisa. Disse que tinha havido uma reunião extraordinária, tinha havido dois dias de semana mais um fim de semana e depois pensaram que, pelo menos, a Câmara dissesse alguma coisa da proposta que fez da Comissão de Acompanhamento, uma situação transitória em 2020 e uma situação definitiva em 2021, referindo que o professor Marcelo Rebelo de Sousa, no dia a seguir, dá-lhe razão, porque foi quando promulgou a lei, foi no dia a seguir a essa Assembleia. Referiu que a Câmara podia ter dito o que dava e o que não dava, o que podia levar, o que não conseguiram, mas não houve nada, porque nunca se discutiu isto com alguma profundidade, nem foram convocados para discutir a transferência de competências e não tendo havido isto, tendo havido a reunião extraordinária, achou que na reunião extraordinária deviam ter chegado a alguma solução, não se chegou, mas devia ter havido uma procura, na sua opinião, do Município, de tentar condicionar, pelo menos, ou tentar chegar ao mínimo de consenso, na proposta que tinham que mandar para a Assembleia de Freguesia. Disse que aquilo que os levou a dizer que vão apostar, porque tinham isso preparado, e fizeram uma proposta de cálculos, que era o início do trabalho para se poder ter aquilo como referência e que deu muito trabalho, e essa proposta que fizeram, refletia todos os cálculos que foram feitos, não houve sequer números inventados e também contribuiu para a tomada de decisão, de ter as competências já em 2019, porque sabiam que se este processo se arrastava como os outros todos, só tinham as competências em 2021, queriam ter antes porque tinham tudo preparado até porque o acréscimo do valor financeiro não era assim tão grande, na sua opinião, não estava inflacionado, podiam ter procurado algum engenho para inflacionar. Já disseram várias vezes que o que queriam era pessoal, material e carros, referindo que sua proposta de negociação falava numa carrinha e num trator de gala. Disse que o dinheiro não era o mais importante porque estavam a trabalhar para conseguir fundos de receita e estão a conseguir algumas. Disse que naquelas competências não precisavam que a Câmara faça, podia eventualmente, haver algum problema e precisarem de apoio, mas davam a volta e conseguiam tratar, ou se não conseguirem, o ónus da culpa ia só para a Junta de Freguesia e deixava de ir para a Câmara.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que na Direção Geral de Autarquias Locais existem dois documentos que dão resposta ao conjunto de questões que estão a ser colocadas nesta reunião e o que estavam aqui obrigados era a pronunciar-se sobre o princípio, se a Assembleia concorda que o Município faça o início de um processo tendente a descentralizar, a transferir competências para as freguesias, hoje vão pronunciar-se sobre isso. Hoje não vão pronunciar-se sobre nenhuma proposta de nenhuma Junta de Freguesia, só se pronunciavam sobre isso dali a sessenta dias e só se chegarem a acordo com a Câmara, todos naturalmente, os interessados, quem não estiver interessado, não vai negociar já, depois vai ter que negociar em 2020, considerando a lei que em 2021, obriga que esta questão se coloque. Convinha ficar claro que hoje só se vão pronunciar sobre se querem

ou não fazer esta transferência de competências e sobre o resto, não se pronunciavam hoje. Disse que também apresentaram uma proposta global à Câmara para quatro anos, não foi para um ano, mas o problema não era esse, era que essa proposta terá que ser incluída depois quando fizerem a avaliação da proposta a trazer à Assembleia Municipal, primeiro à Câmara e depois à Assembleia Municipal em dezembro, era isso que estavam a discutir, pronuncia um, depois o pacote de descentralização será discutido em sessenta dias.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Concordou com tudo o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disse, mas referiu que o artigo 38 da lei, o que dizia era que o Executivo Camarário era quem tinha de propor à Assembleia, não era a Assembleia que tinha de andar atrás e por acaso, como achou esquisito e estranho, porque não assistiu efetivamente a este tipo de reuniões, foi perguntar à Dr.^a Josselène, que lhe disse que aquilo não precisava de ir à Assembleia porque estavam em negociação. Disse que vão ter que discutir estas três freguesias, não podiam agora meter mais uma situação, que era a sua opinião.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a lei ainda previa outra coisa que era que se a Assembleia hoje, por exemplo, rejeitar as propostas da Câmara, ainda podiam insistir através da Assembleia de Freguesia para o assunto voltar a ser discutido na Assembleia num prazo de trinta dias.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que havia uma coisa que não "casava" com a Junta de Ferrel. Socorreu-se da Associação Nacional de Freguesias, como era lógico, eram sócios, tinham apoio jurídico e foi de quem se socorreu, foi lá uma vez, outra vez a Leiria e já duas ou três vezes por telefone, ainda na segunda-feira e a questão era que nunca comunicaram nada à Direção Geral das Autarquias Locais, nem tinham que comunicar, porque queriam aceitar em 2019, foi isto o que a jurista lhes disse para fazer.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que quem não comunicar, aceitava automaticamente as competências.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que nunca levaram nada à Assembleia de Freguesia e não comunicaram nada porque aceitavam automaticamente e o que a jurista lhes disse foi que o prazo para quem quer as competências em 2019, o prazo de se chegar a acordo acaba a 30 de setembro. Daqui para a frente levam uma proposta à Assembleia de Freguesia e depois fazem um requerimento à Câmara, para levar à Câmara já não havia negociação e aí, até havia um ponto, o ponto 2 do resumo da Associação Nacional de Freguesias que o senhor Presidente deve ter, naturalmente, que dizia que essa proposta o Município já não podia apresentar alterações, ou aceita ou não aceita e depois então é que há negociação, no caso de 2019, que é o caso da Junta de Freguesia de Ferrel.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relativamente a 2019, disse que as Câmara Municipais receberam uma circular que dizia o seguinte: *“A Câmara Municipal deve informar quais são as decisões relativamente a 2019 e os valores correspondentes para essas competências.”* Disse que não era o caso de Peniche, porque Peniche não decidiu nada relativamente a 2019 até agosto, mas o que a lei dizia era que as autarquias, não era só o município, pressupõem também as freguesias, podem se pronunciar até dia 30 e depois vão ter que ir à plataforma. Tinham várias hipóteses que era não dizer nada e aceita automaticamente, depois, como foi o caso da Serra d’El-Rei, disseram não a 2019, sim a 2020, mas já tinham que preencher na plataforma e depois, existiam outras soluções que não vai aqui citar, mas que existem outras possibilidades. O importante aqui, e por isso é que depreendeu daquilo que o senhor Presidente de Junta de Ferrel disse aqui e também daquilo que tem conhecimento, porque ouviu alguns colegas a falar sobre isso, aquilo que depreendeu foi que Ferrel quer competências em 2019 e 2020. A outra etapa será aquela que o senhor Presidente de Junta de Ferrel falou, que têm um conjunto de propostas que já apresentou ao senhor Presidente da Câmara e que depois serão discutidas nesse pacote, porque não vão aqui juntar duas coisas, uma coisa era a questão da delegação de competências e a outra coisa são os autos de transferência de competências, são duas coisas diferentes. A Câmara de Peniche podia ter as duas situações a funcionar ao mesmo tempo, podia ter a delegação de competências tal como tem, mesmo depois de a lei entrar em vigor, a partir de 2021.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que aquilo que queriam era mesmo a transferência de competências, porque era isso que ambicionam desde o princípio, era ter estas competências no nosso território, a razão era só esta, não era para tirar nem pôr nada a ninguém, isto só para não haver confusão, ou seja, no caso da Junta da Serra d’El-Rei, aceita para 2020 a seguir a esta Assembleia, se for aprovado, tem os sessenta dias para a negociação, mas no caso da Junta de Ferrel, essa negociação já acabou, acaba no fim de setembro. Vendo esta questão, o artigo 5º, que fala do procedimento, dizia: *“Caso não haja acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, esta, depois de se submeter a sua proposta de transferência de recursos, à apreciação da Assembleia de Freguesia, requer ao Presidente da Câmara Municipal, que aprecie e delibere sobre a proposta em reunião de Câmara Municipal, o que deve ocorrer nos trinta dias corridos subsequentes ao recebimento do requerimento. Depois de apreciada em reunião de Câmara Municipal, a proposta de transferência de recursos, prevista no número anterior, o Presidente de Câmara Municipal, no prazo de trinta dias corridos, solicite a sua apreciação e votação na Assembleia Municipal.”*, e depois, no número 5 que vinha a seguir, dizia: *“No caso referido no número 3, a Câmara Municipal não pode propor alterações à proposta da Junta de Freguesia.”* Tentaram ir ao máximo, ao encontro, mas como não tiveram absolutamente resposta nenhuma no que dizia respeito à negociação, não podiam parar o procedimento, e foi pelo menos isto que lhe foi dito.

Ademar Marques (PSD):

Referiu que foi por aquilo que foi dito este Decreto Lei estava longe de ser claro, porque achou que o que se depreende daí era que a Câmara podia recusar e o que acontece a seguir, fica sem se perceber.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Referiu que o artigo 6 dizia que: *“Na falta de acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia ou no caso de deliberação negativa de qualquer uma das Assembleias, a Câmara*

Municipal e a Junta de Freguesia devem reiniciar um novo procedimento com vista à transferência de recursos.” Disse que não era isto que ninguém queria, mas já estavam habituados a estar à espera. Disse que, se a Assembleia Municipal, e queria predispor-se a isso, necessitar que o Executivo da Junta venha à Câmara, fazer uma apresentação exaustiva daquilo que tinham preparado, era com todo o gosto, ou se quiserem que alguém tenha a informação, a partir de amanhã, para não terem a informação ao mesmo tempo que os Deputados da Assembleia de Freguesia, faziam chegar a quem solicitar.

Ademar Vala Marques (PSD):

Quis fazer um esclarecimento para que não houvesse equívocos. Sabia que tinha sido discutido alguma coisa em relação a Ferrel, achava genuinamente que tinha de ser alguma coisa proposta e se calhar não tinham, foi um erro seu, nesta Assembleia, mas o problema principal, e falou disso na última Assembleia, fala naquilo que a Câmara tinha que fazer em relação a este processo, num conjunto porque não podiam olhar só ao caso de Ferrel sem pensar nas implicações que isso tem nas outras freguesias e por isso é que na última Assembleia, referindo que estava na ata que aprovaram, falou dessa questão e falou na necessidade de se pensar esse assunto tal como propuseram e aprovou, sem dúvida nenhuma, a questão da necessidade de se repensar os acordos, que entretanto, foi ultrapassada pela publicação da lei. Disse que o assunto era obviamente importante, grave e tem que ser pensado num conjunto e era isso que precisa de dados objetivos, como aparentemente propuseram, não conhecia a proposta, mas não punha em causa a bondade da mesma, mas tinham que ser dados iguais para todas as Juntas de Freguesia, para perceber o que é uma proposta justa e equitativa para todas as Juntas de Freguesia e era esse, aliás, o pressuposto daquela Comissão que foi proposta há algum tempo.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Só para completar, disse que achava que a questão era até achar uma maneira justa e equitativa, os valores unitários e depois, só tinha de se perceber, por exemplo, as áreas de espaços verdes, as áreas de limpeza de cada freguesia e ver as competências, a freguesia que tenha a competência X, era só depois multiplicar e assim, era igual para todos, inevitavelmente.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Achou que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel não percebeu que há duas coisas diferentes, uma coisa são as competências passarem das Câmaras para as freguesias, a outra coisa é o investimento para projeto concretos, essa era outra discussão e por isso, é que acentuou este princípio, que o que estavam a fazer hoje, era pronunciar se aceitam as propostas da Câmara que refletem as posições dos órgãos de todas as freguesias no sim e no não, e era isso que tinham de fazer. Relativamente a Ferrel, disse que a única questão que está aqui, é que achou que a formação do ponto não devia ser esta, devia ser igual aos outros. Referiu que o que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel disse hoje, mas já tinha dito em abril, na Assembleia, referindo que foi uma das pessoas que não votou a favor da proposta que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel apresentou e fundamentou porquê, e disse que não votava a favor porque dentro de horas, iam ter novidades relativamente a este assunto, não se esqueceu do que disse nessa altura e absteve-se. Disse que uma coisa era aquele trabalho que a Comissão devia ter feito, e agora não valia a pena voltar atrás, mas isso era o trabalho que essa comissão devia ter feito, mas era só para chamar a atenção que quando foi feito, o

anterior protocolo de delegação de competências que está em vigor, tiveram que quantificar a limpeza, os espaços verdes, os caminhos agrícolas e quis dizer que não foi uma tarefa fácil, porque depois, cada um queria mais um pouco e havia aqui vários que exerciam essa função na discussão e todos sabiam a dificuldade que vão ter, e tinha noção disso. Deu o exemplo que Rio Maior já tomou decisões relativamente a 2019 no mês de agosto, era um dos municípios. Contou que havia um município do Algarve que tinha delegação de competências numa série de matérias e que agora evocou essas competências, dizendo que elas eram estruturantes para o município. Durante os últimos vinte anos, tinha aquilo delegado e como não lhe apetecia a delegação de competências evocou, chamou a si as competências e tirou essa delegação, portanto, havia coisas para todos os gostos neste país, e havia muito mais. Disse que ontem esteve numa reunião com os Presidentes de Junta da Lourinhã e este foi um dos temas e os Presidentes de Junta da Lourinhã não quiseram competências nem para 2019, nem 2020, foram eles, os órgãos das freguesias que não quiseram, mas havia outros, no país havia coisas para todos os gostos e nem era preciso sair da nossa região. Quis deixar claro que hoje deviam pronunciar-se para as quatro freguesias porque o prazo termina no dia 30.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que o prazo terminava no dia 30 e perguntou como é que se iam pronunciar se a Câmara não se pronunciou.

Tiago Gonçalves (PS):

Confessou que não estudou o assunto e podia estar a incorrer nalgum erro, mas esteve à procura no Portal Autárquico e a determinada altura pareceu-lhe que leu que: *“Na eventualidade de não haver, numa primeira fase, acordo entre o município e as freguesias, decorrentes dos números 3 e seguintes do artigo 5º do Decreto Lei 57/2019, quando o município e as freguesias deliberarem favoravelmente sobre a transferência de recurso, terão quinze dias corridos para a celebração do Auto de transferências de recursos e que deverá ser comunicado à Direção Geral das Autarquias Locais.”* Disse que se, e não existem condições para a freguesia de Ferrel, hoje, cumprir todos os requisitos formais para esta deliberação, não lhe pareceu que isso seja prejudicado a nível de futuro, de se fazer então, o acordo entre o município e as freguesias, os que estão em condições formais de serem aqui votados, podiam hoje ser aqui votados, na sua opinião, isso era o normal de qualquer órgão colegial, as propostas que cumprem os requisitos formais, podem ser votadas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não se vai inventar uma proposta de Ferrel para incluir na Assembleia Municipal, isso parecia-lhe óbvio. Não tinha a certeza sequer que ela seja necessária a partir do momento em que o que se pretende é a aceitação e, portanto, não tinha a certeza que seja necessária porque, como disse, achou que esta lei está longe de ser uma boa lei e está longe de ser clara e, portanto, tinham isto para votação e iam votar.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Achou que não podiam fazer mais nada neste momento, porque não podiam dizer que iam fazer uma proposta para Ferrel igual à da Serra d'El-Rei ou de Peniche, não podiam. Levantou esta questão e a resposta que lhe deram foi que não podiam fazer nada.

Deliberação n.º 49/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (3), aprovar a proposta que a seguir se transcreve:

«Considerando que:

- O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, em vigor desde 1 de maio de 2019, concretiza e estabelece as regras relativas à transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

- Estabelece-se no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019 (e em concretização do que se estabelecia já no n.º 4 do artigo 39.º da Lei n.º 50/2018) que “A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, pode deliberar manter no âmbito de intervenção do município as competências referidas no número anterior, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo município e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município”;

- A Assembleia de Freguesia de Peniche, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2019, deliberou por unanimidade não aceitar a transferência de competências em 2019; e

- Que a Freguesia manifestou interesse em, também, não aceitar a transferência de competências em 2020.

Proponho que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 39.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, delibere propor à Assembleia Municipal, manter no seu âmbito de intervenção as competências referidas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, não aceitando assim a transferência de competências em 2019 e 2020 para a Freguesia de Peniche.»

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL PARA A FREGUESIA DE SERRA D’EL-REI:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 50/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (3), aprovar a proposta que a seguir se transcreve:

«Considerando que:

- O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, em vigor desde 1 de maio de 2019, concretiza e estabelece as regras relativas à transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

- A Assembleia de Freguesia de Serra d’El-Rei, na sua reunião ordinária de 28 de junho de 2019, deliberou, por unanimidade, não aceitar a transferência de competências em 2019; e

- A Freguesia da Serra d'El-Rei manifestou interesse em assumir todas as competências que a lei define em 2020; e

- Que existe a pretensão de atender ao solicitado pela Freguesia da Serra d'El-Rei, salvaguardando, no entanto, que os recursos terão de ser avaliados.

Proponho que a Câmara Municipal:

1 - Nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 39.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, delibere propor à Assembleia Municipal, manter no seu âmbito de intervenção as competências referidas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, não aceitando assim a transferência de competências em 2019, para a Freguesia da Serra d'El-Rei; e

2 - Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, delibere propor à Assembleia Municipal, transferir as transferências referidas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, em 2020, para a Freguesia da Serra d'El-Rei.»

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL PARA A FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 51/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (3), aprovar a proposta que a seguir se transcreve:

«Considerando que:

- O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, em vigor desde 1 de maio de 2019, concretiza e estabelece as regras relativas à transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

- Estabelece-se no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019 (e em concretização do que se estabelecia já no n.º 4 do artigo 39.º da Lei n.º 50/2018) que "A assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, pode deliberar manter no âmbito de intervenção do município as competências referidas no número anterior, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo município e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município";

- A Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia, na sua reunião ordinária de 26 de junho de 2019, deliberou por unanimidade não aceitar a transferência de competências em 2019 e 2020.

Proponho que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 39.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, delibere propor à Assembleia Municipal, manter no seu âmbito de intervenção as competências referidas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, não aceitando assim a transferência de competências em 2019 e 2020 para a Freguesia de Atouguia da Baleia.»

5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE FERREL PARA EXPLORAÇÃO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (H) PREVISTA NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO E DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NO CONCELHO DE PENICHE, SITA NO BALEAL:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que tinha questões para colocar sobre o assunto anterior, mas vai reservar-se para o futuro porque parecia que uns falavam tudo verdade e todos os outros só mentem, até porque havia conversas entre o Presidente de Câmara e o Presidente de Junta que nunca são referidas e depois há a realidade, existem protocolos em funcionamento. Referiu que o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei não quis dizer, mas sabia melhor que o próprio, inclusive, que as avaliações foram feitas em 2014 em relação aos protocolos e o que foi negociado não foi correspondente à realidade, porque aquilo não dava o dinheiro que está nos protocolos, nos contratos, porque não chegava lá. Disse que não era fazerem uma proposta e a outra parte aceita ou não aceita e depois isto vai ser imposto. Disse que não custava nada passar de cinco para catorze pessoas. A Câmara tinha a maior parte dos carros a cair aos trambolhões e nem queria qualificar, tinham de ser sérios uns com os outros, até porque uma das coisas que vai pedir é a transcrição da ata da reunião extraordinária para poder clarificar algumas situações.

Em relação ao protocolo pediu desculpa pela precipitação e pelo pouco tempo que decorreu para que fosse implementado é aquelas coisas em que queriam ajudar, gostavam de ajudar mais, mas houve aqui opiniões diferentes. Diria que isto é um protocolo num regime experimental no sentido de melhorar o funcionamento, mas também, objetivamente, as receitas da freguesia de Ferrel e que se quisessem, também conheciam o historial do passado daquele estacionamento, que era um espaço que era gerido pelos Bombeiros de Peniche, com algum contencioso acabou por deixar de funcionar e a freguesia de Ferrel veio reivindicar a exploração daquele espaço e era isso o que estava a ser feito. Não quis fazer grandes procedimentos em relação a isso, no fundo, era uma ratificação do que aconteceu, da deliberação da Câmara e foi quem fez essa proposta, que legalmente, juridicamente, devia ser assim, mas afirmou que se devia ter o propósito de o melhorar, fazer a análise, fazer a avaliação. Disse que, às vezes, parecia que quando se fazia grandes críticas e as análises daquilo que são os procedimentos daquilo que a Câmara deveria fazer, parecia que não havia vontade por parte da Câmara, do Presidente, dos técnicos da Câmara em não fazer isto de outra forma. Disse que quando não se faz é mesmo porque não se conseguia e confessou que, por conhecer bem esta matéria, gostava muito de fazer uma avaliação séria dos protocolos, daqueles relatórios semestrais, também sabia como os fazia e também sabia como outros o faziam e também sabia como é que são apresentados os números. Disse que às vezes, para desabafar diria que era interessante fazerem uma comissão alargada entre a Câmara, a Assembleia Municipal e os Presidentes de Junta e trazer as pastas das contas de cada Junta para fazerem a avaliação e como se gasta o dinheiro e como não se gasta e se calhar, teriam conclusões porque foi muito rigoroso como Presidente de Junta e que sabe que fez

coisas que se podiam entender que não eram ajustadas àquilo que juridicamente ou legalmente, podia ser e sempre o disse e assumiu, não tinha qualquer problema. Em relação ao protocolo disse que foi a Câmara que o elaborou, em conjunto com a Junta de Freguesia e o propósito era aquele que todos conheciam, não foi feito da melhor forma, mas foi o que se conseguiu e pedia desculpa por isso.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Como membro da Assembleia Municipal, disse que foi surpreendido por esta entrada em funcionamento deste estacionamento pago e também disse que não ficava nada mal que tivessem sido informados que isto ia entrar em vigor e que depois, na Assembleia de setembro tomavam a decisão que vão tomar hoje. Achou que ficava bem, porque às vezes vinham as coisas à Assembleia Municipal de pedidos, já vieram vários, de algumas freguesias para a aquisição de equipamentos, estavam a falar de viaturas, e sobre valores tão pequenos, e aquilo tinha que vir à Assembleia Municipal, porque a lei assim o obriga e sobre uma matéria destas, isto entra em vigor sem uma decisão da Assembleia Municipal. Disse que isto podia dar lugar a que algumas pessoas que pagaram o estacionamento, pudessem ir ter com a Junta e pedir para devolver o dinheiro porque não havia deliberação da Assembleia Municipal. Ficou preocupado com esta situação e entrou em contato com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel e disse-lhe que havia qualquer coisa que não estava a perceber, às vezes, uma coisa tão simples vai à Assembleia Municipal e têm que aprovar três mil euros, três mil e quinhentos, quatro mil, etc. e numa matéria destas, isto não tinha que ser primeiro aprovado na Assembleia Municipal. Disse que ia votar a favor, não tinha nada contra e achava muito bem e que deviam ser todos solidários uns com os outros, mas chamou à atenção que sobre esta matéria, se fosse necessário, a Assembleia devia ter reunido extraordinariamente e que aquele estacionamento pago, não devia ter entrado em vigor antes dessa deliberação da Assembleia Municipal, na sua opinião.

Ademar Marques (PSD):

Disse que também vai votar a favor, para além desta questão que lhe parece relevante, porque precisamente, para algumas coisas as regras têm que ser cumpridas e então, para as outras também tem que ser, mas para além disso, tinha uma questão de fundo como já aludiu na intervenção sobre o Baleal. Disse que este regulamento não foi nada fácil de chegar a acordo para que fosse votado na Assembleia Municipal, foi muito difícil, implicou cedências de todos os grupos e implicou procurar um equilíbrio entre aquilo que passava a ser pago a partir daquele momento, quer na cidade, quer fora da cidade e uma das questões que se pôs na altura foi que se o Baleal era pago, então a Consolação também tinha que ser. Perguntou se fazia muito sentido, no regulamento que não foi aplicado durante todo este tempo, nomeadamente em relação às outras partes que iam ser acrescentadas, de estacionamento pago porque, obviamente, aquilo que já era pago antes, já estava em vigor antes deste regulamento entrar em vigor, se fazia sentido entrar parcelarmente e não só por esta questão da Consolação, mas também pela questão da ilha do Baleal porque, como disse e observou e estava no Baleal todos os anos e, portanto, sabia avaliar a diferença, este ano notou-se muito mais movimento de pessoas à procura de lugar na ilha do Baleal, foi visível. Disse que era verdade que a solução que referiu, da não passagem pela rua durante os períodos do dia, não ficou contemplada no regulamento por falta de acordo e na altura, lamentou que assim fosse, mas havia os cartões de residente, como havia para a cidade. Disse que havia uma série de medidas

destes regulamentos que ficaram por aplicar e, portanto, percebeu a intenção da Junta de Ferrel, de ter uma fonte de financiamento, mas não é esse o principal propósito do regulamento, o principal propósito do regulamento é regular o trânsito e o estacionamento e, portanto, esse deve ser o principal propósito na mesma. Percebeu o objetivo da Junta, é respeitável porque precisa de investimento e para isso precisa de receita, mas se também era verdade para as Juntas de Freguesia e aquilo que tinham que pensar, era se esta medida isolada, melhora ou prejudica a solução global que pretende, porque o que se pretende não era só ter receita, era ter um estacionamento ordenado. Achou que estavam a inverter a solução, até porque havia um outro pressuposto que era encontrar estacionamento gratuito mais longe da praia para que as pessoas que não quisessem pôr no estacionamento pago, pusessem pôr no gratuito. Julgou que a aprovação, ratificação, pode ter lugar, o período de pagamento é só até 30 de setembro de acordo com o regulamento, mas era importante refletir o que se quer para o futuro porque não lhe pareceu que esta solução, não vai dizer metade porque não chegava a ser metade, da aplicação do regulamento, seja satisfatória. Apelou a que, uma vez que estava esse plano do Baleal, e já percebeu que era um plano de execução e não propriamente de pensamento sobre essas questões da entrada, não entrada, estacionamento, não estacionamento, já percebeu que há limitações novas de estacionamento e isso implicava pensar o que se fazia, se era para aplicar estes cartões de residente que estão previstos no regulamento, como é que isso vai funcionar e julgou que era importante essa discussão ser feita porque este regulamento foi aprovado no fim do segundo mandando do senhor Presidente António José Correia, embora tenha sido publicado já no terceiro, e nunca foi aplicado e, portanto, estavam a aplicá-lo pela primeira vez, ou foi aplicado este verão pela primeira vez e o ser aplicado parceladamente podia não ser positivo. Era só por isto que quis deixar o alerta.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Afirmou que teria que fazer algumas considerações, não fugindo à questão, disse que tem efeitos financeiros. Podia dizer que vão esperar por segunda-feira e vão mandar o relatório para a Câmara, quer da experiência, quer financeira. Já em 2017, mandaram a situação financeira e voltaram a mandar para a Câmara, não tinham problema nenhum, não tinham dinheiro, era fácil de mandar a situação financeira, se tivessem, é que não queriam mandar e, portanto, para a Junta de Ferrel não custava nada. Disse que vão mandar o relatório de contas, que realmente, teve importância. Fez um exercício simples, referindo que o valor deste estacionamento era superior ao valor anual disponível do orçamento da Junta para investimentos, portanto, via-se a importância deste estacionamento para a Junta e não tinha problema nenhum de referir a questão assim como estava a fazer. Disse que o principal propósito não era logo o dinheiro, era a rotatividade do estacionamento e o seu ordenamento e, para isso, referiu que havia de vir no relatório que vão mandar para a Câmara, a Junta de Freguesia de Ferrel, a continuar gostariam de ter, por exemplo, segurança, contratada pela Junta. Não tinham que o fazer, não era obrigatório, mas gostariam de ter segurança no estacionamento porque, dando o exemplo da fila do meio que se costuma acabar por se fazer, porque a estrada é muito larga e como não se conseguia de lá tirar os carros porque a Guarda Nacional Republicana e a Câmara não tinham reboques acabava por se criar na mesma e com segurança lá talvez se impedisse que se iniciasse, portanto, estaria um segurança durante todo o tempo, acabava por ser mais uma vigia no estacionamento, o que iria trazer mais segurança. Perguntou porque é que foi feito desta forma e com aquela

disposição. Para já, disse que não era a melhor solução e também não concordavam com aquela disposição, na verdade, porque foi pensada para um tipo de solução e depois o regulamento limitava, e na sua opinião, até bem, para outra solução. O problema era que já estava, por parte do técnico municipal, aprovada a sinalética. Disse que o estacionamento começou a 5 de julho e se tivessem que retornar às alterações de sinalética, iam perder mais uma semana, portanto, a questão começou a 5 de julho e começou mal, para evitar não ter começado.

Relativamente aos Bombeiros, disse que o senhor Jorge foi a pessoa que falou mais quando constituíram o programa eleitoral sobre esta questão, foi a pessoa que lhes deu umas ideias que tinha e que era a opinião dele e depois foi consensual e uma das questões a que se referiu, foi aquilo que já disse na Assembleia, os Bombeiros podiam ir para o Baleal desde que venham um ano a cada lado para ser justo para todos. Sobre o estacionamento referiu que, por acaso, até disse ao senhor Presidente de Junta da Atouguia da Baleia, Afonso Clara, que devia avançar já para a Consolação porque, efetivamente era bom para as Juntas e quando for coisas boas para as Juntas nunca o vão ver votar contra.

Disse que os Bombeiros não são autoridade administrativa, portanto, não podem cobrar o estacionamento, tem de haver um acordo qualquer, se for um ano a cada lado, ficava já aqui, que a Junta de Ferrel estava de acordo, suportada pela equipa que já discutiu em reunião de Junta. Disse que fizeram uma Assembleia extraordinária na freguesia porque não tinham isso na tabela de taxas, não tinha que ser publicada, porque transcrevia uma taxa do município. Segundo o consultor da Junta de Freguesia de Ferrel que era o mesmo da Junta de Peniche, a Assembleia Municipal, já era em cima do acontecimento e assumiram conjuntamente, referindo que disse ao senhor Presidente de Câmara que assumia a responsabilidade conjuntamente com ele, de não se ter feito uma Assembleia Municipal extraordinária, porque havia responsabilidades que são feitas.

Sobre regular o movimento da ilha, disse que o senhor Depurado Ademar Marques tinha razão e era verdade que o movimento cresceu e também achava que foi por causa disso e isso vai estar no relatório.

Deliberação n.º 52/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (3), aprovar a proposta que a seguir se transcreve:

«Considerando que:

O Município definiu um conjunto de zonas de estacionamento condicionado, com a aprovação do Regulamento de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita no Baleal, em vigor desde 15 de fevereiro de 2014;

A Freguesia de Ferrel tem vindo a demonstrar interesse na exploração da Zona de estacionamento H, sita no Baleal, como forma de gerar receitas para dinamizar e melhorar a Freguesia;

O Município ainda não condicionou aquela zona, nem concessionou a exploração da mesma;

O Município dispõe de espaço de estacionamento alternativo e livre;

É de todo o interesse que aquela zona esteja ordenada e com estacionamento organizado;

Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro compete à Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à Assembleia Municipal, a proposta de protocolo, em anexo, que tem por objeto ceder a exploração, à Freguesia de Ferrel, da Zona de estacionamento de duração limitada (H), prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de Zonas de Estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita no Baleal.»

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 53/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (3), aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2019, aprovado pela Assembleia Municipal, em 28 de setembro de 2018.

O original do documento aprovado ficou arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE HONRA DO MUNICÍPIO:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que todos concordaram, na altura, depois de discutirem este assunto com alguma profundidade e que todos aceitaram, visto que já estavam contatados. Depois com o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei, falaram um pouco mais sobre este assunto e também alertou a Câmara para que, de futuro, se tivesse mais cuidado com este tipo de situações, porque tinham que passar pela Assembleia Municipal e, por lapso, esta situação não passou. Uma delas já foi atribuída, como se sabia e a outra vai ser atribuída mais à frente, quando a Escola Superior de Tecnologia do Mar ou Politécnico fizerem os seus vinte anos.

Ademar Marques (PSD):

Quis deixar um cálculo em relação ao estacionamento, a nota que o senhor Presidente já adiantou, de que é de lamentar que isto não tinha sido feito com deve ser, porque se há um regulamento, ele deve ser respeitado e a Assembleia também deve ser respeitada no momento certo. Dito isto, quis deixar uma nota, quer em relação à Escola Superior de Tecnologias do Mar que tem sido fundamental no desenvolvimento de Peniche e a encontrar também, novos produtos que tem vindo a afirmar, quer em relação ao Professor Vítor Gil, que conheceu há relativamente pouco tempo, mas por quem tem uma grande estima e que é uma pessoa verdadeiramente preocupada com Peniche e que tem, hoje em dia, um cargo de grande destaque a nível nacional e julgou que era de toda a justiça, que lhe sejam atribuídas as medalhas e portanto, quis deixar nota disso mesmo.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Sublinhou tudo aquilo que o senhor Deputado Ademar Marques acabou de dizer sobre as pessoas e sobre a instituição, mas queria pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que teve o cuidado de o dizer e escrever, que sobre este tipo de matérias, parecia que eram aspetos formais, mas não eram, era uma questão de respeito e de dignidade por um órgão da Assembleia Municipal. Tinham todo o direito de exigir que isto seja tratado como deve ser e tem que vir à Assembleia para aprovação, não estava em causa, nem o nome da pessoa, nem o nome da instituição, que fique claro.

Tiago Gonçalves (PS):

Pediu um esclarecimento à mesa, se esta votação tinha que ser por voto secreto porque envolve juízo de qualidade de pessoas, de acordo com o CPA, Artigo 31.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que estavam a ratificar uma situação que já aconteceu.

Tiago Gonçalves (PS):

Concedeu com a nota para futuro.

Deliberação n.º 54/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, ao abrigo do capítulo III, artigo 14.º, do Regulamento para Atribuição de Galardões Honoríficos, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (3), aprovar a proposta que a seguir se transcreve:

«Ao abrigo do capítulo III, artigo 14.º, do Regulamento para Atribuição de Galardões Honoríficos, proponho a atribuição da Medalha de Honra do Município às personalidades/entidades seguintes, como reconhecimento das suas excecionais qualidades de ação e inteligência:

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM) é uma das 5 escolas superiores do Politécnico de Leiria. Criada a 26 de abril de 1991 através do decreto-lei 159/91, entrou em funcionamento em regime de instalação no dia 14 de julho de 1999, tendo a 1.ª aula sido lecionada a 18 de outubro de 1999. Inicialmente possuía 2 cursos de licenciatura (Gestão Turística e Hoteleira e Engenharia Naval e Industrial) e 73 estudantes.

Passados 20 anos, a ESTM possui mais de 1600 estudantes e uma oferta formativa baseada em 24 cursos distribuídos pelas áreas das ciências do turismo e das ciências e tecnologia do mar (7 cursos técnico superior profissional, 9 licenciaturas e 8 mestrados).

Ao longo dos últimos anos, tem sido cada vez mais notório o papel relevante da ESTM no território de Peniche e na região Oeste, sendo atualmente reconhecida como instituição de referência a nível nacional.

A par da consolidação do seu projeto educativo, a dinamização de atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i) assegurada por docentes e investigadores das unidades de investigação CITUR-IPLeiria e MARE-IPLeiria, tem resultado na criação de diversos produtos e gerado conhecimento com impacto nacional e internacional.

Professor Doutor Victor Manuel Machado Gil,
nascido em Peniche, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em 18 de agosto de 1954.

- Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa, 1979
- Doutoramento em Medicina pela Universidade do Porto, 1999
- Assistente Hospitalar de Cardiologia –1989
- Especialista em Cardiologia pela Ordem dos Médicos – 1989
- Consultor de Cardiologia - Hospital de Santa Cruz (1996-)
- European Cardiologist Diploma, 2003)
- Adjunto da Direção Clínica e Diretor do Internato Médico do Hospital de Santa Cruz (1996-1998)
- Adjunto da Direção Clínica do Hospital de Santa Cruz (2003-2004)
- Vogal da Comissão de Ética do Hospital de Santa Cruz (1998-2003)
- Coordenador do Departamento de Cardiologia Nuclear do Hospital de Santa Cruz (1991-2005)
- Diretor do Departamento de Cardiologia Nuclear do Instituto do Coração (1991-)
- Coordenador do Grupo de Estudos de Cardiologia Nuclear e Ressonância Magnética da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (1997-2001)
- Secretário-Geral da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (2001-2003)
- Vice-Presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (2003-2005)
- Presidente do Programa Científico do XXV Congresso da Sociedade Portuguesa de Cardiologia
- Membro da Direção do Instituto do Coração (2003-)
- Coordenador da Consulta Externa do Hospital de Santa Cruz (2003-2005)
- Adjunto do Diretor do Serviço de Cardiologia do Hospital de Santa Cruz (2004-2005)
- Diretor do Serviço de Cardiologia do Hospital Fernando da Fonseca (2005-2013)
- Chefe de Serviço de Cardiologia – Hospital de Santa Cruz - 2006
- Coordenador do NIEM (Núcleo de Investigação e Educação Médica) do Hospital Fernando Fonseca (2006-2009)
- Presidente da Comissão de Ética do Hospital Fernando Fonseca (2009-2013)
- Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (2008-)
- Coordenador do Departamento Cardiovascular do Hospital dos Lusíadas (2008-) ...
- Presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia.»

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 55/2019: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas do dia vinte e oito de setembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão de setembro de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
